

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**YÁSKARA ARRIAL PALMA**

**MAMÃE E... MAMÃE?  
APRESENTANDO AS FAMÍLIAS HOMOMATERNAIS**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marlene Neves Strey  
Orientadora

PORTO ALEGRE

2011

**YÁSKARA ARRIAL PALMA**

**MAMÃE E... MAMÃE?  
APRESENTANDO AS FAMÍLIAS HOMOMATERNAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social.

Orientadora: Professora Dra. Marlene Neves Strey

PORTO ALEGRE

2011

YÁSKARA ARRIAL PALMA

MAMÃE E... MAMÃE?  
APRESENTANDO AS FAMÍLIAS HOMOMATERNAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Marlene Neves Strey (PUCRS) – Orientadora

---

Dra. Inês Hennigen (UFRGS)

---

Dra. Maria Isabel Barros Bellini (PUCRS)

---

Dra. Miriam Pillar Grossi (UFSC)

---

**Dados Internacionais de**  
**Catálogo na Publicação (CIP)**

P171m Palma, Yáskara Arrial  
Mamãe e... mamãe? apresentando as famílias  
homomaternais / Yáskara Arrial Palma. – Porto Alegre,  
2011.  
116 f.  
Diss. (Mestrado) – Faculdade de Psicologia, Pós-  
Graduação Psicologia Social, PUCRS.

Orientador: Professora Dra. Marlene Neves Strey.

1. Psicologia Social. 2. Homossexualidade. 3. Relações  
de Gênero. 4. Interação Social. 5. Relações Familiares. I.  
Strey, Marlene Neves. II. Título.

CDD 157.734

**Bibliotecário Responsável**

Ginamara Lima Jacques Pinto

CRB 10/1204

*À multi-autoria destas páginas,  
pois um trabalho realizado por uma pessoa é apenas uma dissertação,  
mas quando pensado por muitas,  
com um mesmo objetivo e um mesmo desejo, se transforma em ação...*

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe Eliza Arrial Palma e meu pai Tarcísio Quedi Palma, que viveram com a mesma intensidade que eu, o desejo da realização do mestrado. Obrigada por estarem ao meu lado em todas as horas, por assegurarem meu bem-estar sempre, pela confiança, pelo respeito, pela dedicação e principalmente pelo amor com que formamos a nossa família. A força de vocês e a certeza que depositam em mim são as molas propulsoras das minhas realizações;

Ao meu amor, Maurício Michelli, pelos maravilhosos anos de alegrias, felicidade e afeto que tivemos e continuaremos tendo. Obrigada pelo apoio, pelas ajudas, pelas conversas, pela atenção, pelo carinho e principalmente por me mostrar o real significado da palavra companheiro. Obrigada também pelo entendimento e compreensão no último ano do mestrado, em que tivemos um casamento contemporâneo, transformando as ausências em experiências e conquistas;

Às queridas amigas Larissa Weber, Helen Dalla Santa Prux e Raquel Cristina Boff pela amizade sincera e verdadeira que atravessa os anos, e não se deixa abalar pela distância e pela falta de tempo. Obrigada pelos momentos maravilhosos que sempre tivemos juntas, por sempre torcerem e vibrarem comigo e, principalmente, por estarem sempre ao meu lado quando preciso, sem que ao menos eu precise chamá-las;

À querida orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marlene Neves Strey, pelos momentos de intensa aprendizagem ao longo desses dois anos. Obrigada pelo acolhimento, pelas reflexões, pelos ensinamentos, e também pelas brincadeiras, pelos momentos de descontração e por emprestar a sua casa para nossas jantares e festejos. Mas obrigada, principalmente, por nos ensinar que a humildade e o respeito devem estar acima de tudo, sem hierarquias nem opressões;

Às Profas. Dras. Helena Scarparo e Neuza Guareschi, por serem professoras maravilhosas e inspirarem a docência. Agradeço o aprendizado nas disciplinas realizadas, e também os aprendizados ocorridos nos corredores, nos inúmeros momentos de descontração que insistimos em ter, indo contra a sobriedade de um Programa de Pós-Graduação. Nesses momentos, vocês me ensinaram que fazer ciência também é produzir alegria e felicidade;

Às queridas colegas Andressa Botton, Ana Cláudia Menini, Eliane Cadoná, Fernanda Barichello e Paula Borba por terem ultrapassado a representação da palavra colega e a terem transformado na palavra amiga. Vocês foram amigas inigualáveis ao longo desses dois anos, foram um presente que recebi junto com a realização do mestrado e que quero guardar para todo o sempre. Com vocês passei as vinte e quatro horas dos dias aprendendo, refletindo, construindo, e também rindo, conversando e me divertindo. Obrigada por todos os momentos passados, dos resumos para os congressos, aos cafés da manhã partilhados;

Às colegas Teresa Cristina Bruel dos Santos e Aline da Silva Piason pelas inúmeras ajudas carinhosas ao longo desses dois anos, aprendi muito com vocês, principalmente sobre generosidade, respeito e humildade. Admiro a dedicação e a paixão que colocam em seus trabalhos, tornando-os mais que simples dissertações e teses, mas impulsos para a transformação de uma sociedade que seja mais justa e solidária;

Às bolsistas de iniciação científica Gabriela Krügel, Carolina Almeida, Hellena Bonocore e Amanda Machado por terem acompanhado a construção desta dissertação. Obrigada pelas considerações e também pela companhia carinhosa durante as manhãs. Tenho certeza que serão excelentes profissionais, preocupadas com a Psicologia, mas acima de tudo, preocupadas com o ser humano;

Às Alexandro Zapata e Sheila Leite pela competência, atenção e afetividade com que realizam seus trabalhos. Obrigada pela paciência e descontração com que nos auxiliam nos aspectos burocráticos, tornando possível a realização de nossas pesquisas;

Às participantes deste estudo, por terem aberto as portas de suas casas e me inserido suas famílias. Agradeço a ajuda, o carinho e a confiança que depositaram em mim dividindo suas histórias e narrando importantes sentimentos. A vocês, minha admiração, por serem mulheres que com muita garra construíram as suas famílias homomaternais, permeadas de amor e carinho;

À Carmen Guimarães, pelas sempre carinhosas correções de meus trabalhos. Obrigada por não somente dedicar sua excelência profissional às minhas escritas, mas também por refletir comigo sobre os temas da vida;

Às Profas. Dras. Inês Hennigen, Maria Isabel Barros Bellini e Miriam Pillar Grossi por terem aceitado participar da banca examinadora e principalmente por inspirarem meus estudos, pelo exemplo de profissionais que são. É com muito carinho que as recebo neste momento de burocrático encerramento, para dividirem comigo seus conhecimentos e reflexões;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, por terem tornado viável a realização deste estudo;

A todas e a todos que fizeram parte da realização deste trabalho, contribuindo para a construção das linhas que seguem, as(os) multi-autoras(es) que merecem meu reconhecimento e me dão a certeza de que o todo é muito mais do que a simples soma das partes.



## RESUMO

A presente dissertação refere-se ao estudo das famílias constituídas por mulheres que se identificam como lésbicas e possuem filhos e/ou filhas. Através de três artigos, o objetivo de conhecer como essas mulheres estão vivenciando a maternidade nas relações de conjugalidade lésbica pode ser discutido e melhor compreendido. O primeiro artigo introduz o tema relacionado às famílias e à sua diversidade, com ênfase nas famílias homomaternais; o segundo artigo relaciona a linguagem com os estudos de gênero e as questões legais da paternidade e maternidade associadas à orientação sexual e o terceiro artigo apresenta as narrativas das mães lésbicas sobre suas famílias homomaternais. Através de perspectivas feministas de gênero, é possível fazer entrelaçamentos e traçar diálogos entre as temáticas estudadas e as teorias que referem-se à elas. Levando em consideração que os estudos feministas de gênero utilizados neste estudo buscam uma relação igualitária entre homens e mulheres, onde o feminino não seja mais oprimido e subjugado pelo masculino e a heterossexualidade não seja tida como norma, as reflexões que seguem perpassam esses assuntos e convidam outras ciências a dialogarem também. Entendemos que é preciso haver o conhecimento e compreensão da diversidade das famílias existentes, neste caso, das famílias homomaternais, para que possam ter a sua cidadania respeitada em todos os seus aspectos, contribuindo para a existência de uma sociedade mais justa e solidária.

**Palavras-chave:** gênero, família, homomaternidade.

## **ABSTRACT**

The present dissertation refers to the study of the families constituted by women that identify themselves as lesbians and have children. Through three articles the objective of knowing how these women are experiencing motherhood in lesbian conjugal relations can be discussed and better understood. The first article introduces the theme related to the families and their diversity, with emphasis in the homomaternal families; the second article relates the language to the studies of gender and the legal issues of paternity and maternity associated to sexual orientation and the third article presents narratives of lesbian mothers about their homomaternal families. Through the feminist perspectives of gender, it is possible to interlace and trace dialogues between the studied themes and the theories which refer to them. Taking into consideration that the feminist studies of gender used in this study seek an equal relation between men and women, where the female is not oppressed or subjugated by the male and heterosexuality is not seen as a norm, the reflections that follow pervade these issues and invite other sciences to also dialogue. We understand that it is necessary to have the knowledge and comprehension of the diversity of the existing families, in this case of the homomaternal families, so that they can have their citizenship respected in all aspects, contributing with the existence of a fairer society with more solidarity.

**Key words:** gender, family, homomaternity.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
Referências .....	15
<b>ARTIGO I- FAMÍLIA! MOSTRA AS TUAS CARAS!</b> .....	<b>17</b>
Introdução.....	17
“ <i>Quero ver quem paga, pra gente ficar assim...</i> ” As famílias através dos Tempos .....	17
“ <i>Qual é o teu negócio, o nome do teu sócio, confia em mim...</i> ” Os movimentos sociais e as lutas feministas .....	24
“ <i>Não me convidaram, para essa festa ‘pobre’, que os homens armaram, para     me convencer...</i> ” As “outras” famílias “saindo da margem” .....	28
Algumas considerações .....	39
Referências .....	41
<b>ARTIGO II- DIÁLOGOS ENTRE GÊNERO, LINGUAGEM E DIREITO: APRESENTANDO A FAMÍLIA HOMOMATERNAL</b> .....	<b>46</b>
Introdução.....	46
A linguagem e suas vicissitudes .....	47
Dialogando com os estudos de gênero: Por uma linguagem não-sexista!.....	50
A linguagem não-sexista da Família Homomaterna: conquistando direitos .....	61
Algumas reflexões .....	68
Referências .....	71
<b>ARTIGO III- MAMÃE... E MAMÃE? AS NARRATIVAS DAS FAMÍLIAS HOMOMATERNAS</b> .....	<b>75</b>
Introduzindo... Mulheres da história e história das mulheres .....	75
A construção do cenário na busca pelas personagens .....	78
Iniciando as histórias que queremos contar: As personagens e suas histórias de vida .....	82
Narrativas e produções de sentidos no cotidiano de famílias homomaternas .....	88
Considerações parciais para outras reflexões .....	105
Referências .....	107
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>112</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>116</b>

## INTRODUÇÃO

O estudo das famílias é um tema bastante debatido na Psicologia, para o entendimento de inúmeras questões às quais essa ciência se propõe a trabalhar. Mas não é somente a Psicologia que se interessa pelo tema, muitas outras áreas possuem sua atenção voltada para essa instituição, tão debatida e observada. Então podemos pensar: O que mais ainda se tem para estudar sobre a família? A resposta não poderia deixar de ser: muito. Ainda temos muito o que pensar sobre a família, a começar pela forma de escrita, pois ao invés de ser tratada no modo singular, deveria ser tratada no plural.

“A” família nos remete a um único modelo, a um único modo de ser. Porém, a contemporaneidade nos mostra que modelos únicos não são mais compatíveis com a atualidade e seus inúmeros arranjos e rearranjos familiares. Pensar no tema sobre família, nos remete então ao estudo das famílias e suas peculiaridades. Porém, não nos remete à pluralidade, pois como nos ensinou a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Helena Scarparo em uma das disciplinas do mestrado, em que se insere esta dissertação, pluralidade são várias pessoas iguais, mas diversidade são várias pessoas diferentes. Então nosso estudo sobre as famílias versará sobre a diversidade familiar, mais ainda, versará sobre um tipo específico de família, dentro da diversidade das famílias do século XXI.

A família homomaterna<sup>1</sup>, ou melhor, as famílias homomaternais, serão apresentadas neste estudo, porém, mesmo com um estudo qualitativo, que nos dá a possibilidade de estudar o fenômeno com profundidade (Turato, 2005), não teremos a intenção de dizer que as famílias homomaternais apresentam determinados comportamentos e pensam de determinadas maneiras, pois cada família, é uma família, assim como os seres humanos. Uma família pode ser pensada como uma pessoa, uma unidade familiar, que será diferente de outra unidade e assim consecutivamente.

E é exatamente nessa particularidade que encontramos a relevância do estudo. Pois, através do reconhecimento das diversas maneiras de ser família e também de sua visibilidade, estamos contribuindo para que a nossa sociedade, que ainda enaltece o poder masculino e tem como norma a heterossexualidade possa conhecer, compreender e refletir sobre as famílias, em especial, sobre as famílias homomaternais. Através dessa reflexão, esperamos contribuir para que outras possibilidades de ser e de viver possam ser pensadas, bem como compreendidas e respeitadas.

Além de ser um estudo que trata de famílias lésbicas, é um estudo feminista, pois as(os) autoras(es) que são convidadas(os) a dialogar são estudiosas(os) feministas de gênero, das mais diversas áreas de conhecimento. Acreditamos que um diálogo realizado por uma ciência apenas, corre o risco de virar um monólogo, porém, quando as possibilidades são ampliadas, as ideias se ampliam também, indo ao encontro da diversidade proposta no estudo. Os conceitos, marcos teóricos e perspectivas tratadas ao longo das páginas referem-se então aos estudos feministas de gênero (Scott, 2002, Butler, 2003, Strey, 2004, Colling, 2004), que permeiam toda a pesquisa; aos estudos

---

<sup>1</sup> Terminologia criada pelas autoras Yáskara Arrial Palma e Marlene Neves Strey em 2009, para representar através de uma linguagem não-sexista, as famílias constituídas por duas mulheres e seus filhos e filhas (Palma, Strey & Botton, 2010).

sobre família (Ariès, 1981, Wagner, 2002, 2005) e aos estudos sobre *gays* e *lésbicas* no contexto da maternidade e paternidade (Tasker, 2005, Zambrano, 2006, Grossi & Uziel, 2007, Farias & Maia, 2009).

O presente trabalho está dividido em três artigos, para melhor entendimento do que está sendo tratado. O primeiro artigo é intitulado: “Família: mostra as tuas caras”, onde o tema da família é bastante abordado através das transformações familiares ao longo do tempo; o segundo artigo: “Diálogos entre gênero, linguagem e direito: apresentando a família homomaterna” faz um entrelaçamento entre as teorias de gênero, da linguagem e as questões legais das famílias homomaterais e o terceiro artigo: “Mamãe... e mamãe? As narrativas das famílias homomaterais” apresenta os dados empíricos da pesquisa, as participantes e suas narrativas, conversando com as teorias e com outros estudos.

A realização dessa pesquisa possibilitou, além da construção de uma dissertação para obtenção do grau de mestra, a criação de um livro infantil, que se encontra em anexo (manuscrito). Essa idéia surgiu em 2009, quando iniciamos a revisão da literatura e nos deparamos com livros estrangeiros direcionados para as crianças tratando do tema das famílias constituídas por dois pais ou duas mães. No Brasil, há um número extremamente reduzido dessas leituras infantis, impossibilitando que as crianças brasileiras entrem em contato com a diversidade das famílias, o que provavelmente facilitará a continuação da lógica heteronormativa. Ao longo de 2010 tentamos encontrar algumas editoras que tivessem interesse na publicação do nosso livro, porém ainda não obtivemos respostas positivas. Mas continuaremos tentando.

Convidamos a todas e a todos a partilhar de nossas reflexões, dúvidas e considerações, que seguem ao longo deste trabalho. Se puderem ler com afinco, através de olhos atentos e sensíveis, conseguirão ver também que não é somente um trabalho

que finaliza uma etapa, mas sim um conjunto de experiências, de conhecimentos, de momentos especiais, que ocorreram nesses dois anos. Logo, esse trabalho não tem apenas duas autoras, mas sim uma multi-autoria, não somente de pessoas, mas de sentimentos e emoções. Foi escrito através de muitos diálogos, discussões, pensamentos, opiniões, e por que não, através de risadas, de alegria, de felicidade, e de amor. Amor pelas pessoas e principalmente, pelo direito de cada uma ser o que quiser e o que conseguir ser.

## Referências

- Ariès, P. (1981). *História Social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Butler, J. (2003). “O parentesco sempre é tido como heterossexual?”. *Cadernos Pagu*, 21, 219-260.
- Colling, A. (2004). A construção histórica do feminino e do masculino. In Strey, M.N., Cabeda, S.T.L., Prehn, D.R. (Orgs.) *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Farias, M. O. & Maia, A. C. B. (2009). *Adoção por homossexuais: A família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica*. Curitiba: Juruá.
- Grossi, M. P. & Uziel, A. P. (2007). Parceria civil e homoparentalidade: O debate Francês. Em: M. P. Grossi, A. P. Uziel & L. Mello (orgs), *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamod.

- Palma, Y. A., Strey, M. N. & Botton, A. (2010). Mamãe... e mamãe? A família homomaterna e suas vicissitudes. *Anais Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades e deslocamentos*, p. 1-8. Disponível em:  
<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares#Y>
- Scott, J. (2002). *Fantasy echo: História e a construção da identidade*. *Labrys: Estudos Feministas*, n. 1-2, jul/dez.
- Strey, M. N. (2004). Ser sujeito ou ser o outro? Algumas reflexões históricas. In Strey, M.N., Cabeda, S.T.L., Prehn, D.R. (Orgs.) *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Tasker, F. (2005). Lesbian mothers, gays fathers, and their children: A review. *Developmental and Behavioral Pediatrics*, 26 (3), 224- 240.
- Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: Definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde Pública*. 39 (3), 507-514.
- Wagner, A. (2002). *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- \_\_\_\_\_ (2005). *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Zambrano, E. (2006). Parentalidades “impensáveis”: Pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, jul/dez, ano 12, n. 26, 123-147.



## **ARTIGO I**

### **FAMÍLIA: MOSTRA AS TUAS CARAS!**

#### **Introdução**

A temática da família vem sendo constantemente estudada em função de ser um fenômeno universal e presente, de uma maneira ou de outra, na vida de todas as pessoas. Assim como a família é uma unidade em constante movimento, os estudos que se referem a ela também estão em transformação, no intuito de acompanhar o fluxo das mudanças ocorridas. Quando nos referimos à unidade familiar, o significado é a união dos membros da mesma, porém, essa união não é sempre igual, pois não existe uma única família, mas sim, famílias.

Este artigo tem como finalidade fazer uma reflexão acerca das famílias e suas questões e, através de momentos da História, pensar na construção das famílias que temos na contemporaneidade, identificando outros modelos familiares que não o hegemônico, presente em nossa sociedade. Ampliar as perspectivas sobre o tema nos permite um maior entendimento em relação às dinâmicas familiares e também

possibilita que outros modos de ser família possam sair da margem e ocupar seus lugares.

***“Quero ver quem paga, pra gente ficar assim...” As famílias através dos tempos...***

A música de Cazuza -Brasil- apresenta uma crítica à política do nosso país na década de oitenta. Nela, ele discute principalmente a incoerência e a hipocrisia da sociedade. A paródia encontrada no título principal e nos demais que seguem ao longo do artigo se relaciona com a ideia passada pelo cantor, de crítica, nesse caso, crítica à estagnação do modelo de família, de uma sociedade ainda pautada na norma da heterossexualidade e que finge não “enxergar” a existência da diversidade de constituições familiares.

Pensar em família nos remete ao imaginário social, projetando em nossos pensamentos um homem, uma mulher, crianças, de preferência um menino e uma menina. Essa imagem foi sendo construída através da cultura, sendo a mídia um importante veículo de disseminação da mesma. Em nossos desenhos animados, lá estava tal família. Em nossos livros infantis, nas novelas, nas músicas, na escola e por onde mais procurássemos, não havia dúvida do que era realmente considerado uma família.

Quando resolvemos olhar mais profundamente para essa ideia de família que nos era passada, pudemos perceber também que havia algo mais do que apenas aqueles personagens. Havia uma relação de poder entre eles. Poder exercido pelo sexo masculino, subjugando o feminino. Essa relação poderia ser observada tanto entre o pai e a mãe, como entre a filha e o filho, mas estava tudo tão “naturalizado”, que cada pessoa acabava fazendo o papel que lhe era esperado.

Pensando nessas imagens que conhecíamos sobre família, a mulher, mãe da filha e do filho, era considerada a “rainha do lar”, pois era ela a responsável por todas as atribuições referentes a casa. As atribuições se distribuíam, entre outras, em cuidar das roupas de todos os membros da casa, da alimentação e da limpeza do lar. O espaço doméstico era um lugar almejado, pois possuía o poder do respeito enquanto mulher. O *status* social era estar casada e cuidar da casa, do marido e dos filhos e filhas, pois uma mulher não poderia ser “sozinha” em uma sociedade em que, sem um homem, uma mulher não seria levada em consideração (D’Incão, 1997).

As mulheres das classes baixas eram estigmatizadas por essa questão mencionada acima. Como não eram de classes que possuíam posses, precisavam sair de casa para trabalhar, pois o salário do marido não bastava para a sobrevivência. E muitas delas nem marido possuíam, pois eram mães que moravam sozinhas com seus filhos e filhas, ficando à margem de uma sociedade que valorizava o casamento. Logo, saindo de casa, tornavam-se mulheres públicas e, com isso, sofriam preconceito, pois não seguiam as normas femininas de preservar os cuidados domésticos e dos filhos e filhas (Fonseca, 2006).

Para o pai, era designado que fosse o provedor do lar. Saía de manhã para seu trabalho e retornava somente à noite, cansado de um dia de atividades e preocupações relacionadas ao sustento da família. Problemas da casa e das crianças não deveriam ser divididos com o marido, pois esse precisava descansar do seu estressante dia a dia. A esposa deveria estar à espera de seu marido quando ele chegasse, já perfumada, feliz e pronta para ajudá-lo a descansar.

Para as crianças, as diferenças continuavam. As meninas, desde pequenas, recebiam presentes referentes ao trabalho doméstico. Panelinhas, fogões, ferros e conjuntinhos de chá, todos em cor-de-rosa. Para elas, não eram permitidas atitudes

grosseiras, pois deveriam ser obedientes, meigas e dóceis. As brincadeiras deveriam ser calmas, dentro de casa, com outras meninas igualmente bem-educadas. Brigas e atitudes violentas eram reprimidas com ardor, pois meninas não poderiam deixar de ser parecidas com flores (Pupo, 2007).

Já para os meninos, a história era outra. Deveriam ser destemidos e corajosos. Não deveriam ter medo; chorar, então, nem pensar. Isso não era considerada atitude de um verdadeiro homem. As brigas e brincadeiras de competição eram muito bem vistas pelos pais, que podiam ficar tranquilos em relação aos comportamentos do rapaz. Não precisavam brincar dentro de casa e poderiam experienciar a maior parte das aventuras que resolvessem, com o porém de não levarem suas irmãs, pois não seria lugar para meninas frequentarem (Fleck, Falcke & Hackner, 2005).

Todas essas memórias nos remetem há tempos atrás, quando o patriarcado ainda era vigente, considerando o homem o chefe da família e a mulher sendo colocada em segundo plano. Contudo, se pensarmos bem, essas imagens descritas acima não nos são tão distantes assim. Elas se configuraram a partir do século XX, quando a família nuclear passou a ser “seduzida” por salários dignos, escolarização universal e melhoria na qualidade de vida da classe operária (Donzelot, 2001). Se voltarmos nossa atenção às famílias que nos rodeiam, podemos perceber que muitas questões colocadas nas nossas lembranças ainda estão presentes nos lares da contemporaneidade.

Pensando no patriarcado, Therborn (2006) nos mostra que este modelo tem duas dimensões básicas - a dominação do pai e a dominação do marido. Logo, o patriarcado refere-se às relações de geração e de gênero. Em qualquer dimensão, as mulheres continuam no papel de subordinação, seja como filhas, seja como esposas, e o masculino se sobrepõe, mantendo a disparidade de poder entre os sexos. Essa disparidade manteve por muito tempo as mulheres obedientes a seus pais e maridos e

foi somente nas últimas décadas que se iniciou um processo de busca das mulheres por seus direitos.

Porém, antes de chegarmos a essas décadas de conquistas para as mulheres, precisamos refletir mais sobre a família e seu fluxo de movimento. A família nuclear constituiu-se após alguns séculos, século XVII, segundo Ariès (1981). Anteriormente a essa constituição de pai, mãe, filhos e filhas, havia um amontoado de pessoas em uma mesma casa, interligado apenas pelos laços sanguíneos, sem existir o amor romântico, que passou a fazer parte dos romances dos séculos futuros. Não havia o respeito ao privado, nem à infância. As crianças dormiam com os adultos, distribuindo-se pelas peças da casa, em um espaço aberto e público.

A chamada família patriarcal brasileira, segundo D’Incão (1997), era comandada pelo pai, detentor de poder sobre seus dependentes, agregados e escravos, sobre a casa grande e a senzala. Um conjunto de medidas tomadas para tornar o Rio de Janeiro próximo às cidades europeias, com a emergência da República, foi trazendo a modernidade e influenciando de maneira significativa a vida familiar, principalmente em relação ao público e privado. Logo, esse período se caracterizou pela transformação das relações sociais existentes anteriormente para as relações do tipo burguês, pois a “nova cidade” burguesa deveria lutar contra as atitudes e comportamentos ocorridos no período da “casa grande”.

Mas o patriarcado já estava lá, uma vez que ele já se faz presente na simples definição da palavra Família que, segundo Prado (1985), se origina do latim *Famulus*, que significa um conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor. Na família greco-romana já era observada a composição da família, um patriarca e seus *famulus*, que eram a esposa, filhos e filhas, servos livres e escravos. Essa definição já clarifica a

diferenciação do feminino e do masculino dentro da instituição familiar e mostra como a supremacia do masculino acompanhou a transição da família.

Como o poder estava fixado nos homens, nada mais lógico que as ideias, leis, conceitos, criações e pensamentos derivassem deles. Logo, toda a linha de entendimento passa pelo masculino e, na maior parte das vezes, esse fato não é notado, pois já foi tido como natural. Mas quando os fatos são analisados por diversos ângulos, dentre eles, os pensamentos feministas, podemos perceber que a cultura e a sociedade seguem padrões de comportamentos e ideias criados por homens e pensando nos homens. Esses comportamentos fizeram, e ainda fazem, com que homens e também mulheres tratem como “comuns” muitas ações que desvalorizam o feminino e deixam as mulheres em situação de inferioridade.

A importância da família se dá na medida em que esta é considerada uma mediadora entre o Estado e o indivíduo (Duarte Júnior, 1987), pois a família é o primeiro grupo educativo utilizado pelo Estado para formar cidadãos e cidadãs. A família é considerada, então, uma instituição em que cada membro deve assumir um papel. Esses papéis são os construídos pela cultura e ditam as performances de homens e mulheres na sociedade, definindo o que é esperado para uns e para umas e o que é esperado para outros(as). Aí percebemos a presença do patriarcado incidindo nesses papéis e mantendo o feminino subordinado ao masculino.

O patriarcado mostrou-se como um acompanhante da instituição chamada Família, principalmente no que tange à questão do casamento. O casamento, união entre duas pessoas, inicialmente ocorria como um acordo comercial entre duas famílias que decidiam juntar suas atividades econômicas. Os filhos e as filhas eram obrigados a casar, mesmo sem se conhecerem. Com o advento do amor romântico, a vontade do pai e da mãe passou a ficar em segundo plano e a escolha do marido e da esposa passou a

ser feita através do amor. Porém, essas articulações mudam de uma cultura para outra, bem como a liberdade ou não nas relações maritais (Therborn, 2006).

Entretanto, Fonseca (2006) nos mostra que o casamento e a família, na aristocracia medieval, não eram guiados nem pelo amor romântico nem por uma lógica material, mas pelo princípio de *probitas*- valentia de corpo e de alma que leva simultaneamente à proeza e à grandeza. O casamento servia como um modo de assegurar a continuidade e o fortalecimento no sangue desses *probitas*. Até essa época, a Igreja Católica não se interessava pelo casamento, que até então não constava entre os sacramentos. Somente a partir do século XI que ela passa a se envolver com o assunto, reforçando proscricções contra o incesto, a bigamia e o adultério.

A escolha do cônjuge, levando-se em consideração o amor e o afeto foi encontrada no século XIX, quando muitos jovens ocidentais passaram a deixar o compromisso com a linhagem e a coletividade de lado e voltar seu compromisso para seu parceiro ou parceira. Fonseca (2006) comenta que o amor romântico surgiu primeiramente nas famílias mais humildes, enquanto o sentimento de maternidade teria surgido nas camadas abastadas.

A passagem do público para o privado traz a importante reflexão sobre o papel da mulher na sociedade que se configurava e nos remete novamente àquela ideia da família burguesa, em que a mulher era responsável pelo lar e lá deveria “comandar” o seu reino. Nessa chamada “modernização” da cidade, valorizados eram os espaços privados, e a família era uma das maiores representações deles. Juntamente com o privado, o amor romântico toma o seu lugar, atribuindo às mulheres mais ainda o papel de restrita ao lar e submissa ao marido. Estando em casa, as mulheres poderiam fazer o papel de mantenedoras da nova ordem social, que era de uma sociedade baseada na moral e nos bons costumes (D’Incão, 1997).

Essas questões não devem ser pensadas sem levar em consideração que, quando se fala em casamento e amor romântico, estamos falando de uma classe específica, pois sabemos que nas camadas baixas o casamento não era considerado uma opção. Logo, podemos perceber de um lado o casamento, a submissão e a castidade da mulher, valorizados pela ideia do privado da modernização da cidade e, por outro, a ilegitimidade dos filhos e filhas e a falta de casamentos. A crença de uma família conjugal ser o modelo de normalidade e moral fez com que pesquisadores passassem muito tempo até perceber a pluralidade das dinâmicas familiares (Fonseca, 1997).

No ocidente, há uma abertura em relação ao casamento. Na maioria dos países ocidentais, homens e mulheres casam por livre e espontânea vontade. Porém, nem sempre tão livres assim. Mesmo com todas as mudanças ocorridas, ainda podemos encontrar em algumas cidades no interior da Europa, arranjos de casamentos feitos por famílias e filhas subjugadas à vontade de um pai, que deve ter sua vontade obedecida por ainda ser reconhecido como o chefe da família. (Therborn, 2006).

Podemos perceber então que o patriarcado ainda está presente em muitos lares e principalmente na cultura vigente. Mas saber que ele foi abalado já traz algum conforto para muitas mulheres que disseram não à hegemonia do masculino. Esses “nãos” se transformaram em ações, em movimentos sociais em que muitas mulheres foram em busca de seus direitos e lutaram por um espaço em nossa sociedade, assumindo, dessa maneira, papel de mulher, cidadã, mãe e trabalhadora.

***“Qual é o teu negócio, o nome do teu sócio, confia em mim...” Os movimentos sociais e as lutas feministas...***



Não podemos esquecer que as famílias detalhadas acima são características das camadas médias das sociedades. Famílias de camadas médias, heterossexuais e brancas. Então, de modo algum, estamos relatando situações que ocorriam a todas as mulheres, mas a este grupo específico, pois os relatos e escritos advêm de pessoas integrantes dessa realidade também. Pois são as mulheres feministas da década de sessenta que saíram das suas casas em busca da inserção no mercado de trabalho, mas, nas camadas mais baixas, as mulheres já trabalhavam fora de suas casas e o mesmo já ocorria com as mulheres negras (Nicholson, 2000).

Em função dessa caracterização de classe média, branca e heterossexual, houve muitas dissidências nos movimentos feministas, pois as mulheres negras não se achavam identificadas com o que estava sendo discutido e as lésbicas também não achavam que estavam sendo contempladas. Mas as dissidências vêm após os acontecimentos serem descritos. Continuamos a reflexão do final do século XIX, com as lutas de mulheres consideradas representantes da “primeira onda” do movimento feminista ou “sufragistas”, pois a luta foi caracterizada principalmente pelo direito ao voto, direito de serem consideradas cidadãs, aptas a tomarem decisões juntamente com os homens.

O questionamento sobre se as mulheres possuíam a mesma moral que os homens foi assunto bastante debatido durante esse movimento, denominado “primeira onda” e, feministas como Wollstonecraft, reconheciam que havia uma diferença grande em relação à desenvoltura política de homens e mulheres, entendendo que essa diferença era construída desde a criação diferenciada que meninas e meninos recebiam. Para Wollstonecraft, se as mulheres fossem educadas como os homens, lendo filosofia, lógica e matemática, e também sendo estimuladas à ginástica, teriam resultados iguais ou superiores aos homens (Nye, 1995).

As mulheres conquistaram o direito ao voto bem como outros direitos. Porém, a realidade ainda era muito diferente para homens e mulheres. E essa realidade acabou impulsionando as mulheres novamente a se organizarem e a lutarem nas ruas por seus direitos. Esse movimento, que ocorreu por volta das décadas de sessenta e setenta, caracterizou-se como a “segunda onda” do feminismo. A busca era então por empregos e salários, pela pílula anticoncepcional e pela liberdade sexual. O título de “rainha do lar” já não satisfazia muitas mulheres, o direito de exercer a maternidade passou a ser uma opção e o sexo passou a ser visto como fonte de prazer e intimidade e não apenas com o intuito da procriação (Rago, 2004).

Em relação aos empregos e ao mercado de trabalho, temos claro que nas camadas sociais mais baixas, as mulheres já eram consideradas “chefas” de família, pois somente o salário do marido era muito pouco para o sustento da família. Só que essas eram vistas com desprezo, pois a mulher, para ser considerada com “boa” moral, deveria cuidar somente dos trabalhos domésticos e de seus filhos e filhas. Mas a realidade foi se transformando e uma pesquisa da antropóloga Cláudia Fonseca (2006) nos mostra que entre o final do século XIX e o início do século XX, as mulheres ocuparam, juntamente com as crianças, mais da metade da força de trabalho em certas indústrias.

Retomamos as dissidências então. O discurso das mulheres militantes era atravessado por discursos masculinos, em que, mesmo sem se dar conta, muitas mulheres acabavam reproduzindo relações de poder e lutando por direitos somente de mulheres brancas e heterossexuais, que caracterizavam a maioria das feministas da época. Mas nem todas as mulheres eram brancas, muito menos heterossexuais. E foi então que concomitante às lutas feministas, surgiam outras lutas. Lutas que conseguissem dar conta das outras mulheres, outras que não a hegemonia apresentada.

Os movimentos das mulheres negras e os movimentos das lésbicas cresceram e tomaram maiores proporções. Assim, não somente o direito de um grupo de mulheres específicas estaria assegurado, mas o da maioria. A lesbianidade como movimento social aparece no mundo ocidental no final dos anos setenta. O movimento lésbico nasce em uma atmosfera de prosperidade econômica e de trocas políticas e sociais, que incluem o desenvolvimento da sociedade de consumo, a descolonização e várias perspectivas revolucionárias. Seu desenvolvimento está vinculado ao movimento feminista da “segunda onda” e também ao movimento *gay*, marcado pelo ano de 1969 (Falquet, 2006).

A autora Jules Falquet (2006) também comenta que em muitos países, o movimento lésbico vai crescendo e se fortalecendo e as principais lutas são contra a misoginia, o patriarcado e os objetivos falocêntricos dos movimentos homossexuais (em que somente as questões dos *gays* eram discutidas e levadas em consideração). O fato da separação do movimento feminista e do movimento lésbico também se deu em função de muitas lésbicas não se sentirem plenamente identificadas com o movimento feminista. Muitas vezes as lésbicas lutavam junto com as mulheres heterossexuais em função das limitações sociais associadas à feminilidade e à opressão às mulheres, até mesmo de causas que não lhe diziam tanto respeito, como a pílula anticoncepcional e o direito ao aborto, porém, não sentiam que o movimento feminista tinha grande preocupação com os direitos e lutas lésbicas.

A partir dos anos oitenta, temos a chamada “terceira onda” do movimento feminista, centrada na análise das diferenças, das alteridades, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Segundo Narvaz e Koller (2006), esse movimento teria sido iniciado na França, com influência das ideias pós-estruturalistas de Michel Foucault. É importante termos claro que a questão das três gerações do feminismo, tanto

em seus aspectos políticos quanto nos teóricos-epistemológicos, não deve ser entendida historicamente como linear, pois as propostas presentes em cada momento coexistiram e continuam a se entrelaçar. Também é importante salientar que a existência ou não desse terceiro momento é amplamente discutido por muitas feministas, por ainda estarmos passando por ele, o que dificultaria “enxergá-lo”.

***“Não me convidaram para essa festa ‘pobre’, que os homens armaram para me convencer...”*** As “outras” famílias “saindo da margem”...

Com o panorama da sociedade e com todas as lutas e revoluções que estavam ocorrendo, muitos paradigmas foram aparentemente sendo rompidos. Questionamentos acerca do futuro da família começaram a ocorrer e dúvidas se a instituição familiar chegaria ao fim passaram a existir (Bellini, 2002). Afinal, suas principais bases, como a ideia da heteronormatividade e da união indissolúvel estavam estremecendo, pois outras maneiras de ser família estavam surgindo.

A família nuclear burguesa foi perdendo o seu status de modelo e outras maneiras de constituir uma família acabaram se tornando visibilizadas. Porém, temos que pontuar que, apesar dessa visibilidade, muitas dessas outras maneiras de ser família ainda sofrem com preconceitos e seus membros são vítimas de violência, pois como estamos mostrando, o patriarcado está longe de ter acabado.

Juntamente com esses outros modos de ser família, percebemos outros assuntos que passaram a ser discutidos diante dessa realidade de “abertura” de ideias e conceitos. Assuntos que não eram abordados anteriormente, mas, com a contemporaneidade, tornaram-se temas de artigos e livros, como estudos relacionados aos cônjuges, à extensão da adolescência, à saída dos filhos e filhas da casa dos pais, à maternidade e à

carreira feminina, aos casais na terceira idade e suas implicações. Enfim, uma série de temáticas referentes às transformações familiares passa a ser desenvolvida e torna-se foco de estudos, principalmente na área da Psicologia (Féres-Carneiro, 2003, 2005, Wagner, 2005).

A família e os temas que se relacionam a ela passam a ter grande importância, uma vez que as configurações se transformaram, mas a instituição família se manteve, não com a mesma definição de antigamente, mas adaptando-se aos novos tempos. Entretanto, essas adaptações nada têm a ver com a criação de novas maneiras de se constituir família, mas têm a ver com a abertura encontrada através das transformações da sociedade. Através de uma ressignificação da família, as pessoas têm a possibilidade de serem autoras de suas vidas através da valorização das diversidades (Bellini, 2002).

Recasamentos e famílias monoparentais sempre existiram, mas como ocorriam nas camadas mais baixas da população, não eram consideradas, nem os(as) pesquisadores(as) se ocupavam com elas. Dados pesquisados em censos realizados no século XX apontaram que até 40% das famílias pesquisadas em determinadas cidades tinham mulheres como “chefas” da família e, sobre as mulheres que eram casadas, não havia dados suficientes para saber se era o primeiro, segundo ou terceiro casamento. Como o divórcio não era tolerado, muitos casais evitavam o casamento legal (Fonseca, 1997). Quando não eram casados, muitas vezes o homem abandonava a casa e deixava o sustento do lar para a mulher, que se via em completa desvantagem, pois não teria como receber salários compatíveis com o sexo masculino e não mais teria um homem para proteger a casa, deixando-a vulnerável, juntamente com seus filhos e filhas, e também seria vista com desprezo, já que às mulheres cabia o papel da dona de casa, no “cárcere” do lar.

Famílias em que a mulher comandava e sustentava a casa, juntamente com as crianças, não era novidade, mas a nomenclatura Família Monoparental sim. O termo recebeu proteção jurídica somente em 1988, no artigo 226, que assim definia: “entende-se também, como entidade familiar, a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (Brauner, 2006, p. 303). A família monoparental é constituída, na maior parte das vezes, por mulheres, salvo casos de adoção em que um homem resolve adotar uma criança, pois, na grande maioria dos casos de separação judicial, os juízes são favoráveis a que as filhas e os filhos permaneçam com suas mães.

Já os recasamentos eram extremamente comuns no século XVII. Com o alto índice de mortalidade em virtude da falta de higiene e do atraso da medicina, muitas mães e pais acabavam morrendo, fazendo com que a(o) viúva(o) buscasse outra pessoa para formar uma família. Então, essas(es) viúvas(os) levavam os filhos e as filhas dos casamentos anteriores e constituíam nova união conjugal, muitas vezes com a presença de primos(as) e outros parentes, pois a noção da família nuclear ainda não havia sido criada (Fonseca, 2006).

Podemos perceber porque não podemos chamar de “novas” essas constituições familiares, pois elas sempre existiram. Além delas, outras famílias consideradas novidade do século XXI não são tão novidades assim, como as famílias de *gays* e *lésbicas*. Dados históricos comprovam que na Grécia Antiga as relações entre homens eram consideradas de maior valia do que as relações entre homens e mulheres, pois as mulheres não possuíam nenhum poder e equivaliam aos escravos. Normalmente essas relações ocorriam entre mestres e pupilos, em que os mestres eram homens mais velhos e experientes, no papel de ativos na relação sexual que mantinham com seus jovens alunos, os quais, passivamente, experienciavam esse ato, tido como nobre na cultura (Lomando & Wagner, 2009).

Ainda sobre esse assunto, em algumas civilizações antigas, as relações homoeróticas, principalmente entre homens adultos e jovens, só eram repudiadas quando ameaçavam subverter a hierarquia social da época. Foi com a tradição judaico-cristã que essas práticas passaram a ser concebidas como pecaminosas. Somado a isso, a partir do século XIX, a medicina definiu a homossexualidade como uma doença fisiológica e, no início do século XX, a psicanálise introduziu a visão psicológica da homossexualidade, considerando a mesma como um distúrbio no desenvolvimento da sexualidade e, portanto, anormal (Lacerda, Pereira & Camino, 2002).

Com essa visão patológica a respeito da homossexualidade, gays e lésbicas passaram a esconder sua orientação sexual, pois seriam vítimas de variadas acusações e discriminações. Essa transformação no modo de compreender a homossexualidade, indo do estímulo a sua prática à psicopatologia, é debatida por Trevisan (2002), trazendo questões como o vácuo político ideológico existente e também a crise do capitalismo e a recrudescência dos credos religiosos institucionalizados. Esses fatores seriam um terreno fértil para as questões morais, tornando o que anteriormente não estava servindo de preocupação como “bode expiatório” de uma crise de esgotamento moral.

A existência dessas mudanças no modo de pensar a homossexualidade nos faz refletir sobre a questão de sempre ter havido constituições de famílias lésbicas e gays. Porém, foi somente com o passar das décadas, quando da retirada dos rótulos de doença pelos manuais de psiquiatria e os movimentos organizados por gays e lésbicas em torno da busca de seus direitos que esses casais, formados por pessoas do mesmo sexo, puderam tornar suas famílias visíveis.

A mídia também foi um veículo de importante propagação para que assuntos relacionados a *gays* e lésbicas passassem a ter maior circulação. Os meios de comunicação possuem um importante papel enquanto mediadores, tornando os temas

acessíveis a todas as pessoas, além de legitimar os mesmos (Borges, 2007). Sendo que raras são as casas que não possuem um aparelho de televisão, por exemplo, a mídia acaba sendo um dos meios mais utilizados para interação com a sociedade.

Contudo, é importante pensarmos que a mídia também pode omitir e transformar fatos, conforme interesses dos acionistas dos canais. Se as informações podem ser manipuladas, elas o são por alguma razão. Logo, os assuntos relacionados à orientação homossexual podem não estar simplesmente sendo mostrados para que sejam mais abordados e, conseqüentemente, tratados de maneira mais natural pela sociedade. Pode estar havendo outras intenções, entre elas, intenções políticas e econômicas. Tratar sobre a diversidade é algo bem visto por quem busca uma democratização na mídia, quando as relações e as pessoas sejam mostradas em toda a sua pluralidade. Além disso, torna-se um modo de buscar novos mercados, pois a descoberta de um novo público consumidor é muito interessante para a economia (Borges, 2007, Trevisan, 2002).

Resultados de uma pesquisa realizada em 1996, do Instituto DataFolha de São Paulo, mostraram que 14% dos homens e 5% das mulheres admitiram já ter tido relações homossexuais; 70% afirmaram não sentir nenhuma atração por pessoas do mesmo sexo; 54% eram contra a legalização da união homossexual e 62% contra a adoção de crianças por casais homossexuais. Esses dados nos apresentam outro cenário, longe da crença veiculada pela mídia de que o consumismo teria resgatado *gays* e *lésbicas* para a sociedade capitalista, fazendo com que a homossexualidade passasse a ser aceita e tratada sem preconceitos e injustiças (Trevisan, 2002).

Refletindo sobre os dados da pesquisa acima, podemos pensar que a permissividade social é oportunista, uma vez que a tolerância varia de época para época, dependendo de fatores externos que acrescentam à prática homossexual maior ou menor grau de gravidade, conforme as necessidades do momento. Em determinadas ocasiões, a



homossexualidade aparece como objeto de intensa preocupação e, em outras, é vista apenas como uma orientação sexual. Essas mudanças na maneira de perceber algo mostram como a cultura e a sociedade criam e recriam, constroem e desconstroem ideias, conceitos e definições, conforme questões políticas e econômicas (Guareschi, 2000).

Com interesses ou não, a mídia tornou-se um dos modos de apresentar as famílias de orientação homoerótica para a sociedade. Mesmo que de maneira pouco expressiva, como nos mostra Hennigen (2006) que, em sua tese, analisou materiais midiáticos buscando por paternidades “não-hegemônicas” e encontrou muito pouco material que questionasse a norma heterossexual, apesar do crescente número de famílias homossexuais existentes. Com essa visibilidade, mesmo tímida, gays e lésbicas passaram a querer seus direitos reconhecidos, entre eles, o direito de constituírem uma família, com filhos e filhas também.

Entretanto, esse tema passou a ser alvo de inúmeros conflitos, iniciados no governo francês, já que a criação do PACS<sup>2</sup> (Pacto de Solidariedade Civil) não deveria servir para assegurar uma família, mas uma conjugalidade lésbica e *gay*. Esse fato se dava em função da justiça considerar que as discussões sobre o PACS deveriam estar separadas das discussões referentes à formação da família, pois para muitos políticos, quando se falava de homossexualidade, a família estava fora de questão, pois pares igualitários não poderiam ter filhos, logo, não deveriam ser tratados como aqueles que poderiam ter. (Uziel & Grossi, 2007).

---

<sup>2</sup> PACS refere-se à Lei de Solidariedade Civil, criada no final dos anos noventa, visando à criação de um laço jurídico inédito entre duas pessoas, propiciando um estatuto civil parecido com o casamento, em relação a obrigações e deveres sobre o patrimônio, tratando também de filiação, adoção e reprodução assistida (Uziel & Grossi, 2007).

Além do PACS, outro tema também passou a ser muito discutido em vários países. Trata-se da questão da Homoparentalidade, termo que surgiu na França em 1997, criado pela APGL (Associação de Pais e Futuros Pais de *Gays* e *Lésbicas*) e denominada uma situação em que um pai ou uma mãe se assume enquanto *gay* ou *lésbica*. Desde essa data, a associação vem promovendo debates entre variados(as) estudiosos(as), entre eles(elas) sociólogos(as), juristas, psicólogos(as) e antropólogos(as) acerca do tema. Estruturas de parentesco, filiação, desenvolvimento das crianças em famílias com diferentes contextos foram assuntos muito debatidos e, passados treze anos, ainda são encontrados em muitas pesquisas por ainda serem considerados assuntos recentes no âmbito familiar (Uziel, 2007).

Neste artigo, utilizamos perspectivas teóricas dos estudos de gênero, o que nos faz pensar que homoparentalidade não seria o termo ideal para tratar de famílias constituídas por mulheres. A nomenclatura *pai* remete à pessoa do sexo masculino, repetindo a hegemonia masculina e reiterando o poder da dominação em relação ao feminino que uma linguagem sexista pode exercer (Colling, 2004). Como o masculino não serve para designar as mulheres, logo, o uso do termo Homomaternidade, quando nos referirmos às famílias constituídas por duas mulheres e suas filhas e filhos (Palma, Strey & Botton, 2010), e Homoparentalidade para designar famílias formadas por dois homens e suas crianças

Pensando sobre o parentesco, em nossa cultura há um grande valor dado para os aspectos biológicos, sendo estes considerados os formadores mais verdadeiros dos vínculos familiares. Porém, com o universo de possibilidades existentes na atualidade e com o advento das novas tecnologias reprodutivas, em que há a possibilidade da fecundação e da gestação serem realizadas “fora” do corpo feminino, a questão de uma maternidade única e verdadeira passa a ser contestada (Zambrano, 2006). Tais

questionamentos nos remetem também à questão do “instinto materno”, muito debatido por Elisabeth Badinter (1985), quando reflete sobre a imposição natural na mulher em relação à maternidade, sendo esse amor materno construído e não tido como inerente do feminino.

Refletir sobre a maternidade como algo construído é importante na medida em que liberta a mulher das expectativas sobre ser mãe, deixando de fazer com que uma mulher que não queira ter filhos ou filhas pareça “desumana”, já que culturalmente a maternidade seria o ideal de toda mulher. Também possibilita que homens possam criar seus filhos e filhas em famílias monoparentais ou homoparentais, sem que o estigma de *que homem não sabe cuidar de criança*, não é algo natural, logo, não pode viver sem ter uma mulher que faça esse papel. Muitas feministas lutam por essa desnaturalização da maternidade, que amarra as mulheres no mundo privado e muitas vezes ainda as impossibilita de seguir suas aspirações profissionais.

Sendo o parentesco considerado por muitos antropólogos e antropólogas como um universo de vínculos genealógicos e simultaneamente biológicos e sociais, podemos considerar que são justamente os vínculos entre os indivíduos que criam uma família. O estudo sobre o parentesco tem enorme relevância na Antropologia, sendo que “a maior parte dos trabalhos sobre parentesco desenvolvidos até os anos 70 toma o sexo como uma categoria ‘natural’ sobre a qual se estrutura a organização social” (Grossi, 2003, p. 275). Logo, a heterossexualidade, tida como normativa, se mostra como regra universal, e estudos de famílias com casais do mesmo sexo são muito raros, pois esses tipos de estudos se limitavam à esfera sexual, e não às afetivas e econômicas, que também constituíam essas relações (Grossi, 2003).

*Gays* e lésbicas, ao realizarem seus projetos de paternidade e maternidade, entrarão cada vez mais nas questões referentes à política e à cultura. E a visibilidade que

a homoparentalidade e a homomaternidade possuem acaba ajudando a ressaltar determinados elementos, temas que exigem debate e com repercussões que vão além das famílias *gays* ou lésbicas. Nesse sentido, atuais formas familiares poderiam ser pensadas como coproduções, em que são envolvidos além de valores culturais, leis, tecnologias e dinheiro, apresentando seu caráter político e cultural (Fonseca, 2008).

Quando falamos em parentesco, podemos inclusive nos referir à intensificação de laços comunitários, podendo ou não ser baseados em relações sexuais exclusivas e duradouras. Essa percepção seria uma quebra no pensamento sobre o parentesco tradicional que, além de deslocar o lugar central das relações biológicas e sexuais, confere à sexualidade um domínio separado do parentesco. Isso permite que laços duráveis sejam pensados separados das relações conjugais e abrem o parentesco para outras maneiras de se organizar, incluindo laços comunitários (Butler, 2003). Com o surgimento das antropologias feministas, as reflexões sobre o parentesco também puderam passar a contemplar as relações de gênero, “desnaturalizando” as relações de parentesco (Grossi, 2003).

Através dessas “desnaturalizações”, passaram a ocorrer estudos sobre as maneiras como esses casais de duas mães ou dois pais teriam filhos e filhas. Pensando na constituição da família, os casais de *gays* e lésbicas podem fazer uso de diversas formas para exercer a homoparentalidade e homomaternidade. Dentre elas, através de um casamento anterior heterossexual, no caso da família recomposta; por adoção, que já apresenta muitas evoluções no caso do registro de ambas as mães ou os pais. Também há a possibilidade de ter filhos(as) através da reprodução assistida e também da coparentalidade, onde um dos membros do casal gera o(a) filho(a) com uma mulher ou homem, sendo que a criança passa a fazer parte do núcleo homoparental ou homomaternidade (Zambrano, 2006, Passos, 2005).

Nas duas últimas décadas, os(as) pesquisadores(as) voltam suas atenções para essa nova forma de parentalidade e maternidade surgidas na Europa. Principalmente nos Estados Unidos, inúmeros estudos surgiram em que o foco é as crianças provenientes dessas famílias e as relações delas com suas mães lésbicas (Tasker, 2005, Gold, Perrin, Futterman & Friedman, 1994, Golombok & Tasker, 1996). Através dessas pesquisas, apresentam resultados em que o fato de ter mães lésbicas não influencia de forma negativa na vida das crianças, e seus resultados são equivalentes aos das crianças advindas de lares heterossexuais. Outra preocupação se refere ao fato de como se constituiria a identidade sexual nessas crianças, uma vez que elas têm somente mulheres ou homens na família, mas essas indagações também apresentaram resultados mostrando que a orientação sexual das mães e pais não interfere na constituição da identidade dos filhos e das filhas.

A maioria das considerações utilizadas pelos(as) profissionais da área do direito, psicólogos(as) e demais profissionais que atuam e trabalham com os assuntos relacionados à homoparentalidade e à homomaternidade está baseada em reflexões psicanalíticas. Mas, como já comentamos anteriormente, se não existe “a” família, também não existe “a” psicanálise. Muitos(as) psicanalistas divergem em sua opinião a respeito das famílias constituídas por *gays* e lésbicas, e muitos(as) preferem não emitir sua opinião. A questão é que a teoria psicanalítica é utilizada muitas vezes na reflexão da “ordem simbólica” por pessoas contrárias a essas famílias, que se utilizam de teóricos(as) ortodoxos(as) ou interpretações falhas da teoria para respaldar suas ações pautadas no preconceito (Zambrano, 2006).

A família da atualidade, ao invés de apresentar papéis e lugares fixos, demanda uma maior flexibilidade na constituição de posições e funções entre os seus membros. Logo, a contemporaneidade não exige mais as mesmas estruturas de antigamente,

quando uma família poderia apenas ser constituída por um homem e uma mulher, pois o fluxo das transformações não permite posições estagnadas. Então, pensando nas transformações das famílias na atualidade, o jogo especular dito pelo Complexo de Édipo através do diferente não faz mais sentido. Esse processo se dá nas crianças advindas de famílias com duas mães ou dois pais no reordenamento que a criança faz do material percebido de desejo dos pais e das mães, e assim constitui sua identidade (Passos, 2005).

Na contemporaneidade, o Édipo assume variadas formas culturais e não será mais capaz de funcionar como uma condição normativa da própria cultura. Butler (2003) comenta que infelizmente os estudos da psicanálise não acompanharam os estudos pós-parentesco da Antropologia e, com isso, ainda ficamos à mercê de psicanalistas que se utilizam de um Édipo que só consegue conceber uma heteronormatividade. Nessa vertente de pensamento, qualquer modo de filiação que escape ao modelo da família tradicional baseado no poder paterno, traria perturbações psicossociais (Ceccarelli, 2002).

Todas as questões debatidas acerca da violência na interpretação da psicanálise constata uma teoria fundadora da sociedade, guardiã da “lei” dita simbólica, afastando-se das concepções teóricas e clínicas que pretendem compreender e acolher o sofrimento psíquico e a produção de subjetividades (Arán, 2009). E é sabido que o argumento psicológico que defende o par homem/mulher em uma família heterossexual para a saúde da criança, dificilmente se sustenta, visto que na clínica infantil, os problemas encontrados são provenientes de famílias heterossexuais, com mães e pais que vivem juntos (Ceccarelli, 2002).

Podemos perceber então que estudos atuais advindos da psicanálise situam-se na ideia de que o reconhecimento da capacidade de cuidar de uma criança não pode estar

vinculado à orientação sexual de seus pais e suas mães. A ausência de papéis fixos entre os membros da família, horizontalidade nas relações internas, múltiplas maneiras de formação de laços afetivos e sociais e constituição de sujeitos que se filiam não só à família, mas também a outros grupos de amizade são características encontradas nas famílias homoparentais e homomaternais e consideradas psicologicamente positivas (Arán, 2009, Passos, 2005).

### **Algumas considerações...**

As reflexões encontradas neste artigo nos ajudam a pensar sobre questões que não estão colocadas *a priori*, são questões que, como utilizamos ao longo do texto, estão à margem, pois não dizem respeito ao que temos como “naturalizado” em nossa sociedade. São questionamentos que acabam desconstruindo algumas ideias que cresceram com a gente, que aparecem na mídia e que não conseguimos ver muito além delas. Para esse movimento de transformação, é necessário que busquemos o que não está tão aparente assim, para que outras maneiras de pensar possam emergir das diferenças.

O tema principal que trazemos aqui é a família, ou melhor, as famílias. Esse retrospecto histórico, se utilizando de premissas da sociologia e da antropologia, que ajudam a tecer uma rede de pensamentos mais complexa, elucida assuntos que estavam subliminares em alguns momentos dos estudos sobre família. A soma dessas ciências nos deu e ainda nos dá subsídios para pensar além do que conhecíamos e além do que os interesses políticos e sociais querem que tenhamos conhecimento.

Muitas(os) pesquisadoras e pesquisadores questionavam-se sobre o fim da família, pois ela estava pautada em uma organização que não encontra mais

consonância com as características da contemporaneidade. Porém, as reflexões da atualidade nos mostram que a família não estava chegando ao fim, mas no começo. Começo de possibilidades, de diversidades, de liberdade para todos e todas, sem amarras, sem preconceitos, sem pré-definições. Mas sabemos que é um tanto utópico esse pensamento, pois mesmo em pleno século XXI, ainda existem muitos paradigmas a serem quebrados.

Temos conhecimento de inúmeras famílias que ainda sofrem preconceito por serem recasadas, por exemplo, ou por viverem somente a mãe e as crianças, ou o pai e as crianças, que sofrem mais preconceito ainda pelo estigma de que os homens não sabem cuidar de crianças e possuem um “instinto agressivo”. Além desses, ainda existem questionamentos acerca da adoção, sobre não saber de que família essa criança vem e receios por isso, e também há dúvidas sobre o impacto da separação do casal sobre os filhos e filhas, sendo que a separação é um direito conquistado desde 1977, pela Lei 6.515, mas que ainda pode ser mal vista em algumas comunidades que possuem ainda o pensamento do “felizes para sempre” (Kyriakos, 2006).

Se os casos assinalados acima sofrem discriminações que estão seguindo as regras de uma heteronormatividade, o que diremos sobre as famílias homomaternais e homoparentais. Mesmo com todos os estudos a respeito da temática que permeia essas famílias, principalmente em relação aos filhos e filhas, como a construção identitária e o desenvolvimento saudável, ainda existem estranhamentos para com essas configurações familiares, e esse comportamento, sim, prejudica essas crianças, comportamentos esses de preconceito e opressão. Mas não deveria ser assim, pois: “fundamental é abrir espaços onde se possa falar de diferentes modos de relação, os parâmetros únicos, cristalizados, amarram, dificultam os fluxos da vida” (Hennigen, 2008, p. 173).



Sabemos que são estudos muito recentes, de uma década ou duas atrás, e que é necessário um tempo de maturação para que a sociedade consiga ampliar seus conceitos em relação a regras que já estavam estabelecidas. Porém, é difícil conceber que, por dificuldades de ampliação de pensamento, pessoas sofram com preconceitos nas escolas, no trabalho e nas áreas de convívio. Essa é uma questão que vai muito além de outras maneiras de ser família, são questões que estão entrelaçadas com política, com direitos humanos e, principalmente, com civilização.

São assuntos muito importantes, mas que podemos sim contribuir enquanto pesquisadoras com esses momentos de mudanças da contemporaneidade. A Academia, e mais ainda algumas áreas da Psicologia não podem ficar no lugar de construção de conhecimento elitizado, ditando normas e regras, legitimando posições, colocando-se acima dos conhecimentos advindos de outras fontes, mas devem buscar se utilizar dos seus conhecimentos enquanto ciência, para contribuir com todas as transformações advindas de um mundo em evolução, com pessoas e relações em expansão.

Esperamos ter contribuído para os estudos sobre família nas mais diversas áreas, com a intenção de possibilitar que cada vez mais trabalhos sobre o não-hegemônico possam estar presentes em nossas bibliotecas, em sites de pesquisa, possibilitando que um número cada vez maior de pessoas possa ter contato com eles. Só podemos tornar visível o que é dito e dizemos então que as famílias homomaternais e homoparentais se encontram em nossos cotidianos e devem ser tratadas com todos os seus direitos respeitados, assim como as outras maneiras de ser família. Famílias são unidades complexas que atravessam identidades através dos vínculos que são criados e possuem muito mais “caras” do que possamos imaginar e estudar.

## **Referências**

- Arán, M. (2009). A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Revista Estudos Feministas*, 17 (3), p. 653-673.
- Ariès, P. (1981). *História Social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Badinter, E. (1985). Um amor conquistado: O mito do amor materno. 8 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bellini, M. I. B. (2002). A família como metáfora da fraternidade. *Textos e Contextos*, 1(1): 1-9.
- Borges, L. S. (2007). Lesbianidade na TV: Visibilidade e “apagamento” em telenovelas brasileiras. Em: M. P. Grossi, A. P. Uziel & L. Mello (orgs), *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamod.
- Butler, J. (2003). “O parentesco sempre é tido como heterossexual?”. *Cadernos Pagu*, 21, 219-260.
- Brauner, M. C. C. (2006). Casamento desfeito, transitoriedade e recomposição familiar. Em: Souza, I. M. C. C. Casamento- uma escuta além do judiciário. Florianópolis, SC: Editora Voxlegem.
- Ceccarelli, P. R. (2002). Configurações edípicas da contemporaneidade: Reflexões sob as novas formas de filiação. *Panorama*, n. 161, p. 88-98.
- Colling, A. (2004). A construção histórica do feminino e do masculino. Em: Strey, M.N., Cabeda, S.T.L. & Prehn, D.R. (Orgs.) *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- D’Incão, M. A. (1997). Mulher e família burguesa. Em: Del Priore, M. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto.
- Donzelot, J. (2001). A polícia das famílias. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal.

- Duarte Júnior, J. F. (1987). *A política da loucura (A antipsiquiatria)*. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus.
- Falquet, J. (2006). *De la cama a la calle: Perspectivas teóricas lésbico-feministas*. Bogotá, Colômbia: Ediciones Antropos.
- Féres-Carneiro, T. (2003). *Família e casal: Arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Editora Loyola.
- \_\_\_\_\_ (2005). *Família e casal: Efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio.
- Fonseca, C. (1997). Ser mulher, mãe e pobre. Em: Del Priore, M. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- \_\_\_\_\_ (2006). O casamento revisitado: Afetos em diálogo com a lei. Em: Souza, I. M. C. C. *Casamento- uma escuta além do judiciário*. Florianópolis, SC: Editora Voxlegem.
- \_\_\_\_\_ (2008). Homoparentalidade: Novas luzes sobre o preconceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, set/dez, 16 (3): 769-783.
- Fleck, A. C., Falcke, D. & Hackner, I. T. (2005). Crescendo menino ou menina: A transmissão dos papéis de gênero na família. Em Wagner, A. *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Golombok, S. & Tasker, F. (1996). Do parents influence the sexual orientation of their children? Findings from a longitudinal study of lesbian families. *Developmental Psychology*, 32, 3-11.
- Gold, M A., Perrin, E. C., Futterman, D. & Friedman, S. B. (1994). Children of gay or lesbian parents. *Pediatric Review*, 15 (9), 354-358.
- Grossi, M. P. (2003). Gênero e parentesco: Famílias gays e lésbicas no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 261-280.

- Grossi, M. P. & Uziel, A. P. (2007). Parceria civil e homoparentalidade: O debate Francês. Em: M. P. Grossi, A. P. Uziel & L. Mello (orgs), *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamod.
- Guareschi, P. A. (2000). *Os construtores da informação: os meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Hennigen, I. (2006). Subjetivação como produção cultural: fazendo uma outra psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 18(2): 47-53.
- \_\_\_\_\_ (2008). A família que aparece na mídia: hegemonia de um modelo. *Psico*, 39(2): 166-174.
- Kyriakos, N. (2006). Do namoro à união estável. Em: Souza, I. M. C. C. Casamento- uma escuta além do judiciário. Florianópolis, SC: Editora Voxlegem.
- Lacerda, M.; Pereira, C. & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15 (1), p. 165-178.
- Lomando, E. & Wagner, A. (2009). Reflexões sobre termos e conceitos das relações entre pessoas do mesmo sexo. *Revista Sociais e Humanas*, 22 (2), p. 1-18.
- Narvaz, M. & Koller, S. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 11 (3), p. 647-654.
- Nicholson, L. (2000). Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, 8 (2), p. 1-33.
- Nye, A. (1995). Teoria feminista e as filosofias do homem. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Ventos.

- Palma, Y. A., Strey, M. N. & Botton, A. (2010). Mamã e mamãe? A família Homomaternal. *Anais do Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades e deslocamentos*. Florianópolis, SC: UFSC.
- Passos, M. C. (2005). Homoparentalidade: Uma entre outras formas de ser família. *Psicologia Clínica*, 17 (2), p. 31-40.
- Pupo, K. R. (2007). Violência moral no interior da escola: Um estudo exploratório das representações do fenômeno sob a perspectiva de gênero. Dissertação de mestrado da Faculdade de Educação. São Paulo: USP.
- Prado, D. (1985). *O que é família?* 6 ed. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Rago, M. (2004). Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. Em: C. L. Costa & S. P. Schmidt (orgs.), *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis, SC: Ed. Mulheres.
- Tasker, F. (2005). Lesbian mothers, gays fathers, and their children: A review. *Developmental and Behavioral Pediatrics*, 26 (3), 224- 240.
- Therborn, G. (2006). *Sexo e poder: A família no mundo, 1900-2000*. Trad. Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto.
- Trevisan, J. S. (2002). *Devassos no paraíso – A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record.
- Uziel, A. P. (2007). *Homossexualidade e Adoção*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Wagner, A. (2005). *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Zambrano, E. (2006). Parentalidades “impensáveis”: Pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, jul/dez, ano 12, n. 26, 123-147.

**ARTIGO II**

**DIÁLOGOS ENTRE GÊNERO, LINGUAGEM E DIREITO: APRESENTANDO  
A FAMÍLIA HOMOMATERNAL**

**Introdução**

Este artigo tem o objetivo de convidar a leitora e o leitor a fazerem uma reflexão sobre temas cotidianos, como a linguagem e, através dessa reflexão, conhecer outra maneira de ser família e as questões legais implicadas a ela. Apresenta um diálogo entre as teorias de gênero e os pontos destacados acima, possibilitando que o que está ao nosso redor possa ser questionado e ressignificado.

Esse diálogo nos remete em um primeiro momento à percepção da existência de uma linguagem sexista, que define o mundo a partir do masculino e remete o feminino a um lugar secundário, onde é entendido a partir do masculino, e nunca sem ele. Remete também à herança de um patriarcado ainda vigente, que usa a linguagem como um meio eficaz de manter a hegemonia do masculino. No entanto, a linguagem enquanto construção humana está se transformando, como veremos mais abaixo.

Apresentamos, então, a Família Homomaternal, como nomenclatura não-sexista. Uma família constituída por mulheres e seus filhos e filhas. É uma família que não se enquadra na heteronormatividade a qual é imposta à sociedade, uma família em que não

existe um pai, mas duas mães, e que devem ser chamadas pelo feminino que as condiz. E para existir, precisa ser respaldada pelo Direito, que já apresenta muitos avanços em relação à conquista de direitos.

### **A linguagem e suas vicissitudes**

Logo que nascemos, percebemos que não nos bastamos para sobreviver. É necessário que exista uma interação entre a criança recém-nascida e as pessoas que estão ao seu redor, normalmente seus(as) cuidadores(as). É por meio da linguagem que as necessidades podem ser entendidas e atendidas. E eis o choro do(a) recém-nascido(a). Com o choro, a criança inicia sua comunicação no mundo externo, mostrando que não está satisfeita com essa nova posição de fora do útero materno.

Contudo, antes mesmo de vir ao mundo, o bebê já apresenta sinais de comunicação. Quando ainda está no útero, a mãe sente diversas manifestações de sua(seu) filha(o), o que vai possibilitando que o vínculo mãe-bebê comece a ser criado (Badinter, 1985). Podemos então perceber que a linguagem possui diversas maneiras de expressão, e é indispensável para a constituição psíquica de qualquer pessoa. A linguagem vai possibilitar que a criança consiga se constituir enquanto sujeito e, assim, tenha a possibilidade de tomar seu lugar no mundo (Gesueli, 2008).

Existem inúmeras teorias e definições sobre a linguagem: linguagem é um conjunto de frases gramaticais, é um meio de controle social, é uma coletânea de respostas motoras, é um exemplo de funcionamento simbólico (Elliot, 1981). Mas, independente de definições e teorias, a importância que damos à linguagem, em suas diferentes formas de expressão, não é questionada, pois sem ela, a possibilidade de conviver em sociedade seria algo bastante difícil.

Com a aquisição de habilidades, a linguagem oral é constituída e, com ela, uma série de atribuições que se constituem concomitantemente, tornando-se um dos principais meios de expressão das relações interpessoais. A partir dessa ideia, chegamos àquilo que queremos ressaltar neste texto. Quando a linguagem já está instaurada no cotidiano, (Spink, 2004) podemos perceber a presença da cultura incidindo sobre a mesma, e conseqüentemente, sobre os discursos, produzindo ações e representações.

Nesse contexto de produzir ações, a linguagem é significada enquanto prática social, o que implica em olhar para seus aspectos performáticos e também para as condições em que foram produzidas. A linguagem, tendo em vista essa perspectiva, precisa ser entendida como a matriz da construção de sentidos e, é através dessa construção de sentidos, que as práticas vão se definindo e se constituindo. Analisando os discursos, estamos analisando também as práticas que produziram aqueles discursos e os motivos pelos quais eles foram produzidos. A linguagem então, não pode ser vista com ingenuidade, pois tem um importante papel nas ações do cotidiano.

Essas ações produzidas, como são resultados da cultura em que estamos inseridas(os), acabam reproduzindo os pensamentos e ações sexistas que a cultura também constrói na sociedade ainda patriarcal em que vivemos. E questões sexistas nos remetem a uma linguagem sexista, que reforça ainda mais para que o masculino se sobreponha ao feminino. Essa não é uma condição contemporânea, mas pode ser observada em suas origens históricas, quando as mulheres eram vistas como “mais vulneráveis às vontades do diabo” e de complexo entendimento, em função da procriação não ser compreendida, sendo considerada magia (Del Priore, 1997).

A falta de entendimento do corpo feminino levou muitas mulheres à morte, em função de sua natureza “misteriosa”. Por ser um mistério, deixava o sexo masculino aterrorizado. Para o controle ser mantido, muitas mulheres foram executadas. Apesar do



desconhecimento do processo da maternidade, o corpo feminino só era pensado com a finalidade da procriação. Ao longo da história, as mulheres passariam a servir, principalmente, para produzir descendentes. E aquelas que não podiam engravidar, eram consideradas inúteis, pois não serviam para a única função que haviam sido designadas.

Hoje, o domínio masculino continua a se fortalecer em função do sistema patriarcal estar ainda presente em nossa sociedade. É ele quem designa que o patriarca, ou seja, o homem, o pai, seja o responsável pelo bom “funcionamento” da família. Por ser do sexo masculino, saberá articular seu pensamento e suas ações em função do bem-estar da esposa e dos filhos e filhas. Pode parecer que estamos falando de épocas passadas e que a contemporaneidade não apresenta mais essa cena, porém, muitas mulheres ainda convivem com maridos que, através da violência, colocam-se no lugar de poder dentro da família (Strey, 2004).

Além de se sentirem no direito de utilizar violência para exercer o poder dentro do lar, no mundo do trabalho, a hegemonia do masculino se faz notar quando verificamos que certas atividades ainda estão impedidas às mulheres, que salários de homens costumam ser maiores que salários de mulheres, que cargos de direção ainda são majoritariamente masculinos (Pinheiro, Galiza & Fontoura, 2009). E esses são apenas alguns exemplos para mostrar que o patriarcado até pode ter diminuído o seu poder, devido às lutas dos movimentos sociais, mas que subsiste por meio de novas “roupagens”, saindo do real e ficando em nível do imaginário, principalmente. Entretanto, agindo por meio do simbólico, torna-se mais difícil de ser combatido, pois a luta será contra algo que não é claramente visível.

Tendo em vista que o patriarcado não se extinguiu, mas apenas se transformou, a linguagem continua a privilegiar os homens. A linguagem sexista nomeia a todos e a todas por meio do masculino, conforme ditam as normas culturais. Com o aval da

Ciência, muitas questões culturais são legitimadas, já que o que é considerado científico é visto como certo. Como historicamente a Ciência é de domínio masculino, permanentemente são realimentadas as bases para a manutenção do *status quo* em que um sexo vale mais que outro.

Mesmo sendo associada aos homens, a Ciência teve e tem a participação de inúmeras mulheres, muitas das quais são feministas, que não aceitaram ser chamadas por denominações masculinas, na medida em que não são homens. A linguagem tem sido estudada a partir de diferentes enfoques, principalmente o de gênero, que se preocupa em desvelar os significados para as relações entre homens e mulheres da linguagem sexista. Os estudos de gênero têm contribuído para a difusão da linguagem não-sexista, na medida em que, cuidadosamente, buscam que seus textos e escritos nomeiem tanto as mulheres quanto os homens, sem subsumir as primeiras aos últimos.

### **Dialogando com os estudos de gênero: Por uma linguagem não-sexista!**

Nos estudos sobre linguagem e gênero, principalmente no que se refere à gramática, podemos perceber diferenças, dependendo da língua que estamos utilizando. A maior parte das línguas do mundo divide os substantivos em subclasses, diferenciadas por inflexões, artigo, formas de adjetivos e também pelo pronome referente. O gramático grego Protágoras foi o primeiro a utilizar o termo “gênero” em suas escritas, que deriva de uma palavra que significa classe ou tipo. Contudo, em função da divisão que ele utilizou entre masculino, feminino e neutro, a palavra gênero ficou associada com “classe relacionada ao sexo”. Porém, na linguagem, “gênero” permaneceu como

uma divisão de classes dos substantivos feita de acordo com critérios de inflexão, e não biológicos (Coulthard, 1991).

O gênero, então, não estando associado a fatores biológicos, passou a ter correspondentes masculinos e femininos no português e no francês. No latim e no alemão, além de masculino e feminino, podemos observar a classificação neutra, não havendo sempre correspondência entre sexo e gênero (Coulthard, 1991). Essa classificação neutra encontrada na linguagem possibilita uma maior “liberdade”, no sentido de gênero não estar ligado a sexo, o que é diferente de quando é pensado em relação às questões sexuais. Os estudos de gênero caem no binarismo homem/mulher, bem como no sexo/gênero, excluindo outras formas de sexualidade, como se insistindo em uma ligação entre mulher e feminino e homem e masculino (Swain, 2008).

Como não existem referentes neutros na língua portuguesa, o masculino é utilizado quando precisa ser designada uma palavra no plural, ou quando é necessário fazer uma generalização. Por exemplo, quando nos referimos ao pai e a mãe de alguém, para não utilizar os termos pai e mãe, a maioria da população utiliza o termo “pais”, que deriva do masculino pai. Na língua inglesa, percebemos que as questões de gênero são mais igualitárias, pois a linguagem acaba sendo fruto das relações sociais da sociedade. Quando se referem ao pai e à mãe, utilizam o termo “*parent*”, que não vem da palavra *mother* nem *father*, mãe e pai, respectivamente (Coulthard, 1991).

O uso do masculino para nomear homens e mulheres pode parecer, à primeira vista, uma ação sem maiores consequências, até mesmo em função de sua utilização ser considerada algo “natural” e “correta”. Porém, entrelaçado com essa nomenclatura misógena, estão presentes situações sociais de grande importância na sociedade. Afinal, se há o sexo masculino e há o feminino, existe uma diferença sexual que deveria ser incluída na linguagem. O uso do masculino produz ambiguidades e confusões, além de

ocultar e excluir as mulheres. Está, portanto, baseado em um pensamento androcêntrico, considerando os homens como sujeitos de referência e as mulheres, seres dependentes que vivem em função deles (Alario et al, 1995).

A utilização de uma linguagem não-sexista vem para contrapor essa prática de reprodução da ideologia androcêntrica, utilizando os termos nos dois gêneros - feminino e masculino -, ou optando pelo uso de palavras mais genéricas, que se referem a homens e mulheres, sem marcar nenhum dos gêneros especificamente. A história teve grande influência em relação à generalização a partir do masculino, na grande maioria das situações, em função de muitas mulheres ficarem em suas casas e não possuírem direitos, portanto, não competindo com as criações e invenções masculinas. Porém, a história não é estática, é mutável e, como tal, pode ser modificada a fim de buscar uma maneira mais igualitária de representação de mulheres e homens (Silva, 2004).

Utilizar uma palavra no feminino e a mesma palavra no masculino não é uma repetição nem uma redundância, pois não estamos falando a mesma coisa e, já que homens e mulheres são diferentes e devem ser tratados assim, não há como nomear igualmente o que não é igual. E quando há essa configuração, alguém fica invisibilizado, em um plano secundário; com a generalização da linguagem, a mulher é colocada nesse papel e o androcentrismo se mantém. Muitas construções gramaticais, discursos, documentos, textos, estão construídos como se houvesse somente um sujeito, o masculino, e a mulher existiria na relação com ele, não individualizada, mas sim em função de outro sexo, estigmatizada (Carrasco, 2004).

E a luta por uma linguagem que contemple a todos e a todas não é novidade, pois já está ocorrendo há algum tempo em várias partes do mundo. Em 1995, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, na China, teve como principal resultado a criação da Plataforma Mundial de Ação, orientada para proteger os

direitos humanos. Foi criada uma série de ações em prol da equidade social, bem como dos direitos das mulheres, na busca de uma sociedade mais justa e igualitária (Cannabrava, 2004).

A UNESCO também se engajou na luta e, em 2000, foi realizada a V Conferência de Educação de Jovens e Adultos, em Hamburgo, com insistência na necessidade de revisão de padrões mentais, para o desenvolvimento de novas atitudes e aquisição de novas habilidades para um convívio harmonioso entre mulheres e homens. Nesse âmbito, prestar atenção na utilização da linguagem é fundamental, pois, se a cultura for transformada nos adultos e nos jovens, as crianças também passarão a ter acesso a uma linguagem de igualdade, em que ambos os sexos sejam contemplados (Cannabrava, 2004).

O uso de uma linguagem não-sexista virou um importante tema a ser debatido em conferências pelo mundo, nos mais diversos órgãos nacionais e internacionais, logo, representa um tema muito importante na busca pelos direitos das mulheres, bem como na busca pelos direitos humanos em geral. Quanto mais oprimidas forem as mulheres em uma sociedade, mais essa sociedade terá dificuldades de se desenvolver de maneira plena, pois estará perdendo as contribuições de uma parcela muito importante da população. Nesse sentido, é importante que os homens lutem em conjunto com as mulheres para o desenvolvimento da nação, sem se preocupar com a perda do lugar de hegemonia que ocupam, não esquecendo que suas ações estão servindo de exemplo para as crianças, futuras cidadãs.

É desde cedo que começa uma educação sem discriminação, como inúmeras campanhas de conscientização já realizadas nas escolas para que as crianças possam ampliar sua consciência em relação a essa situação. A Rede Latino-Americana de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe (REPEM) instituiu o

dia 21 de julho, desde 1991, para realização de uma campanha não-sexista, em que o “A=O Letras diferentes, iguais em importância”. Nesse dia, em vários países do Continente, produções culturais e instituições se voltam para essa temática. Desde 1998, a campanha passou a englobar também as questões raciais, lutando por uma linguagem não-sexista e não-discriminatória, enfim, uma campanha para uma educação inclusiva, para homens e mulheres, independente da orientação sexual, raça/etnia, classe social (Cannabrava, 2004).

Podemos ter claro que a linguagem está imbricada na cultura, que inicia já nas expectativas da família em relação à criança que nascerá. Se for menina o quarto já será pintado de cor-de-rosa, e bonecas estarão à sua espera nas prateleiras. Mas, ao contrário, se for menino, o quarto de maneira alguma pode ter tons de rosa ou algo que se assemelhe, será azul ou verde, com carrinhos pelo chão, pois a futura masculinidade do rapaz deve ser preservada. E desde então, comportamentos e atitudes são atribuídos para homens e para mulheres, em que cada um e cada uma devem agir conforme seu sexo, dizem Rosemberg, Moura e Silva (2009).

Esses comportamentos colam o sexo ao gênero, o que faz com que os estudos de gênero e as teorias feministas contraponham essa questão, que, infelizmente, é tida como uma verdade em muitos meios. O gênero sendo visto associado ao sexo faz com que as pessoas não possam trilhar outros caminhos que não aquele em que nasceu, fecha inúmeras possibilidades e elimina qualquer saída do binarismo (Louro, 1999).

Os estereótipos seguem na vida adulta, separando o que é do homem e o que é da mulher, incluindo a noção do público e do privado. O privado é dito lugar exclusivamente feminino, onde há a proteção do lar e a mulher fica subjugada ao seu marido. Já o público é reconhecido como um lugar de homens, assim como o trabalho e tudo que se referir ao mundo masculino. Quando essa norma não escrita não é

obedecida, aparecem associações negativas, como a mulher “pública”, expressão preñhe de conotações pejorativas ou a desconfiança sobre a masculinidade de um homem dedicado ao lar.

Mesmo a mulher tendo conquistando inúmeros papéis e cargos considerados masculinos, ainda há um estranhamento em relação à ocupação de determinadas posições. Para Alves (2004), o mundo falocêntrico é também falocrático e, dominando o falo, o homem domina também a fala. O autor destaca que em inúmeros países do mundo a mulher ainda se posiciona como cidadã de menor valia, ocupa cargos importantes, porém os homens são a maioria em associações, sindicatos e partidos políticos. Essa constatação nos chama a atenção para as eleições presidenciais ocorridas em 2010, por meio da qual o Brasil tem pela primeira vez no cargo mais importante da política, uma mulher. Os homens ainda são a grande maioria, porém, podemos vislumbrar que o poder advindo do falo está diminuindo em todos os setores da sociedade, como consequência de ações em prol da igualdade de gênero.

A busca por uma linguagem não-sexista não ocorre simplesmente pelo fato das mulheres não se sentirem incluídas nos discursos, mas traz inúmeras consequências sociais e políticas dentro de uma sociedade. Azambuja e Nogueira (2008) chamam a atenção para a Declaração Universal dos Direitos dos Homens servir tanto para homens quanto para mulheres, na busca da igualdade de direitos, porém, mesmo um documento que visa à igualdade está escrito no masculino, reforçando a falta de poder feminino e colocando a mulher em um papel de inferioridade. O uso da linguagem sexista “direito dos homens” acaba servindo como um empecilho ao processo de instauração da igualdade e da apropriação do chamado direito dos homens pelas mulheres, sendo que a língua tem um importante papel na constituição da identidade social das pessoas, estando intimamente associada às atitudes sociais.

Além disso, é necessário não esquecer que o modelo inicial dessa Declaração, fruto da Revolução Francesa, no século dezoito, foi além da questão da linguagem, com a proibição formal de as mulheres serem incluídas como destinatárias de direitos, com o uso da guilhotina em 3 de novembro de 1793 para Olympe de Gouges, a mulher que ousou propor a heresia de uma Declaração do Direitos das Mulheres (Amorós, 2000).

Para que as atitudes sociais frente às mulheres possam ser modificadas, a linguagem deve passar a ser observada com muito cuidado, para que não venhamos a cometer o descuido de seguir um discurso que foi construído e é visto de maneira “natural” por homens e mulheres. A linguagem sexista, tomada como neutra e universal, tem em sua base o desejo de manter o feminino em um lugar de inferioridade, onde possa ser controlado pelas adjetivações masculinas (Narvaz & Koller, 2007). Esses aspectos não ficam claros, pois se escondem nas regras do português gramatical. A linguagem, tendo o masculino como universal, provoca uma exclusão invisível da mulher, e as pessoas, mesmo sem perceber, acabam agindo seguindo essa lógica em que o masculino domina.

A linguagem, portanto, passa a ser um artefato de poder, sendo produzida no meio social, através de processos linguísticos e discursivos, construindo constantemente as diferenças que hierarquizam os sujeitos. A norma de tratamento masculina ocupa um papel de demonstração de força, possuindo um *status* normatizador e hegemônico, refletindo e reproduzindo significados que marcam as desigualdades não somente de gênero, mas também raciais e sexuais. Essas desigualdades contribuem para a manutenção das representações que constroem o sexismo, o preconceito, as discriminações (Furlani, 2008).

O uso de uma linguagem sexista acaba reforçando comportamentos estereotipados que vão incidir diretamente na cultura e formar os homens e as mulheres



da sociedade, os quais continuarão reproduzindo ideias e ações que lhes foram passadas e, assim, não se rompendo com essa cadeia sexista e patriarcal na qual ainda estamos vivendo. Os estudos de gênero vêm ao encontro de quebra desses estereótipos e “naturalizações”, mostrando que o feminino e o masculino são construções da cultura, são atribuições simbólicas e representações fabricadas sobre os papéis em relação ao ser homem e ao ser mulher (Guerra, 2007).

Seguir papéis determinados e espaços construídos não seria nenhum problema, se isso não contribuísse para o preconceito, a discriminação e a violência. Quando algo é pré-determinado, fecham-se as possibilidades e apresenta-se somente uma alternativa. E quando essa única alternativa não é a desejada, surge muito sofrimento, pois a pessoa vai contra o que a sociedade dita como norma e, estando fora da norma, é anormal. E, então, chega o preconceito nas suas diversas formas, explícitas ou implícitas, e a consequência é sempre mais sofrimento.

Lembramos que quando nos referimos à sociedade, estamos nos referindo a um homem, branco, heterossexual, da classe média, sendo que todos e todas que não estão enquadrados(as) nessa descrição estão à margem e sujeitos(as) às diversas formas de sofrimento. Com isso, voltamos ao uso da linguagem sexista, produto e produtora da cultura que norteia a sociedade. Está presente de maneira maciça nas instituições, como a família, a escola e a Igreja, reproduzindo a lógica sexista na qual estamos inseridas (os), contribuindo para que existam papéis distintos para homens e mulheres, e todos os demais binarismos.

Pensando nos sujeitos que estão à margem, Dinis (2008) nos ajuda a refletir sobre o fator de exclusão que a linguagem pode proporcionar. A função da linguagem perderia sua principal finalidade de comunicação, para ser um instrumento de assujeitamento, obrigando as mulheres e homens a utilizarem algo que não diz respeito

a todos os gêneros, ficando em conformidade com as regras tradicionais e “neutras”. Pode parecer em um primeiro momento um ato inofensivo, um aprimoramento das maneiras de se comunicar em sociedade, porém, percebemos que é uma construção que favorece sempre um dos polos, que é o masculino, mesmo quando na ocasião o número de mulheres for muito superior ao de homens.

E para que exista uma mudança na cultura, muito trabalho terá que ser feito. Não basta tratar desde a infância meninas e meninos com igualdade, também é preciso intervir, explicitar e reconhecer as diferenças que mantêm as mulheres em um patamar social inferior ao masculino. Contribuir para que meninos e meninas percebam que suas condutas não são naturais e inatas, mas que são produtos de uma cultura que reproduz modelos existentes. A visão androcêntrica do mundo é compartilhada por homens e mulheres, passando despercebida e sutilmente mantendo a hegemonia masculina. Meninas e meninos vão construindo sua autoimagem, interiorizando padrões de condutas discriminatórias que serão engolfadas pela cultura (Pupo, 2007).

A linguagem é então um reflexo da sociedade que a forma, e a subordinação das mulheres através dela pode ser observada por três maneiras: através dos conceitos, da estrutura e do uso da linguagem. Sobre conceitos, ao longo da história, sabemos que o meio científico foi restrito aos homens, e quando havia a participação de mulheres, essas eram invisibilizadas. Logo, os conceitos criados serviam para atender às necessidades e interesses dos homens. Na estrutura, podemos observar que as mulheres estão integradas na categoria do humano, sendo que o genérico masculino oculta e subordina as mulheres. O uso da linguagem se caracteriza por manter o sistema patriarcal ainda vigente, pois continua a manter a mulher em um lugar secundário (Carrasco, 2004).

Produzir mudanças é um ato que requer esforços, pois a tendência das pessoas, na maior parte das vezes, é tentar manter a homeostase das situações. Produzir mudanças em um campo tão atravessado por questões socialmente construídas, como a linguagem, acaba requerendo esforços maiores, pois necessita de outras construções que possam estar em sintonia com as teorias e os preceitos debatidos na contemporaneidade. Que contribuam para a melhoria na qualidade de vida das pessoas, que possam estar a serviço de uma equidade entre os gêneros, enfim, que preste atenção aos direitos humanos, que entende-se por humanos mulheres e homens.

Somente com uma mudança no universo simbólico, recuperando e reconceituando este universo, conseguiremos avançar na busca por uma realidade não discriminatória. Nomear adequadamente mulheres e homens, pensar na realidade em que se encontram e observar as relações que se produzem são atos de mudança. Além disso, temos a necessidade de colocar as palavras no feminino quando disserem respeito às mulheres, não designando somente o mundo através do masculino e também revisar conceitos de diversos âmbitos e campos, que ignoram a condição de existência das mulheres como seres próprios e autônomos (Carrasco, 2004).

Para tanto, já existem manuais que auxiliam no uso de uma linguagem não-sexista, como o “Manual para o uso não-sexista da linguagem - O que bem se diz... bem se entende”, da autoria de Paki Venegas Franco e Julia Pérez Cervera, sendo Cannabrava (2006) a responsável pela tradução para o português. A edição em português foi realizada com o apoio da REPEM (Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina) para ser distribuída por Internet para o Brasil e países africanos de língua portuguesa. Manuais como esse apresentam uma reflexão sobre a construção histórica do uso da linguagem e suas questões androcêntricas, bem como

discutem o papel das mulheres na atual sociedade e as consequências de uma linguagem que englobe somente o sexo masculino.

O Manual traz também a definição de homem e de mulher colocada no dicionário, sendo que “homem” seria “indivíduo macho da espécie humana (oposto à mulher) ou o que chegou à idade adulta (oposto a menino)”. Mas se procuramos a palavra mulher, encontramos: “pessoa do sexo feminino/ a que chegou à idade da puberdade/ a casada ou de idade madura” (Cannabrava, 2006). Podemos notar que o homem se define por ele próprio, se basta na sua existência, porém, a mulher se define por sua relação com o homem, no caso fazendo uma referência ao casamento. Logo, além da linguagem sexista manter as mulheres invisíveis, excluídas, ainda acaba desvalorizando a mulher, subordinando-a ao homem.

Novamente nos deparamos com a reflexão de que, para algo mudar, é necessário fazermos com que mude. Logo, os manuais de linguagem não-sexista, além de trazerem discussões sobre a importância que o uso da linguagem possui, também apresentam subsídios para que uma nova maneira no uso da linguagem surja. Não utilizar o feminino para a questão privada ou que denote posse das mulheres, não utilizar frases estereotipadas que consolidem papéis tradicionais, não usar o masculino como universal, deixar de usar supostas palavras genéricas (que são masculinas), não manifestar formas de tratamento que implicam inferioridade, menosprezo ou desvalorização, entre outras, aparecem para contribuir nas tomadas de ações para o uso de uma linguagem com equidade de gênero (Carrasco, 2004).

Percebemos, então, que mudando a maneira como nos referimos ao feminino, começará a ocorrer uma mudança em como será percebido, pois não existirá invisibilidade, nem exclusão, tampouco subordinação ao masculino. E quando não existe um termo que julgamos o mais correto para designar algo, precisamos criá-lo. Nesse

sentido, estamos apresentando aqui o termo homomaternidade. Esse termo se refere às famílias constituídas por duas mulheres e suas filhas e filhos. O termo já conhecido para configurar uma família constituída por dois homens ou duas mulheres e suas crianças é Homoparentalidade, porém, se o utilizarmos, correremos o risco de, mais uma vez, estarmos generalizando algo que não é genérico, mas masculino.

### **A linguagem não-sexista da Família Homomaterna: conquistando direitos...**

O termo homoparentalidade foi criado na França, em 1997, pela Associação de Pais e Futuros Pais de *Gays* e *Lésbicas* (APGL), nomeando a situação na qual pelo menos um adulto que se autodesigna homossexual é (ou pretende ser) pai ou mãe de, no mínimo, uma criança (Zambrano, 2006b). Logo, pai na língua francesa é denominado *père* e mãe *mère*, o termo utilizado para designar pai e mãe é *parents*, como na língua inglesa, em que *parents* designa pai e mãe, *father* designa pai e *mother* designa mãe. Porém, no português, o termo utilizado para referir-se a pai e mãe é “pais”, o plural da palavra masculina.

Com essa análise, percebe-se que o termo “Homoparentalidade” é neutro quando traduzido para o francês e para o inglês, mas perde essa conotação quando apresentado na língua portuguesa, pois parentalidade vem da palavra pais, que é uma forma sexista de linguagem. Então, a criação do termo “Homomaternidade” nos parece uma maneira não-sexista de nos referirmos às famílias constituídas por mulheres lésbicas, visibilizando as mulheres e não as colocando em um lugar de subordinação.

Falar das famílias homomaterais é falar em outras maneiras de ser família. Uma maneira não regida pela heterossexualidade compulsória, que a sociedade impõe como modelo de normalidade. Uma maneira em que duas mulheres que resolvem constituir uma família tenham esse direito, inclusive legalmente. Contudo, não encontraremos a

terminologia homomaternidade nos livros e artigos que falam a respeito das famílias constituídas por duas mulheres, pois a linguagem sexista ainda é predominante, mas continuaremos a tratar os assuntos relacionados à homoparentalidade com o nome que achamos mais adequado.

Há mais ou menos uma década, a situação das famílias constituídas por *gays* e lésbicas passou a ser objeto de estudo em muitos países, pois o número relativo dessas famílias aumentou de maneira significativa (Sánchez, 2009). Desde então, muitas indagações surgiram, como a criação dos filhos e filhas em uma família com duas mães ou dois pais; como essas crianças serão criadas, como se constituirá sua identidade sexual, enfim, inúmeras dúvidas a respeito de uma “boa” maternagem ou paternagem. Muitas pesquisas americanas têm constatado, por meio de acompanhamentos longitudinais, que as crianças de famílias constituídas por lésbicas e *gays* apresentavam características muito semelhantes às das famílias heterossexuais, e a orientação sexual das mães e pais não interferiam de maneira negativa na vida das crianças (Golombok, 2002, Golombok & Tasker, 1996).

Esses estudos foram muito importantes para que essas famílias passassem a ser vistas com menos preconceito, pois eram respostas científicas. Visibilizadas, muitas famílias homomaternais e homoparentais passaram a buscar seus direitos e os de seus filhos e filhas, pois a justiça é clara quando se refere aos direitos humanos. No entanto, seriam os juízes favoráveis a uma família sem a figura paterna? As escritas e os ditos populares comentam a respeito da importância do pai e do chefe da família. Muitas lutas têm sido travadas em tribunais pelo reconhecimento das famílias que não se constituem por um homem e uma mulher.

Cabe à sociedade a normatização dos direitos referentes à família, pois essa diz mais respeito à esfera privada do que à esfera pública. O Direito de Família depara-se

com duas questões principais: o limite entre o público e o privado e o conflito da objetividade com a subjetividade. Os temas da ordem da sexualidade são silenciados, existindo uma tendência em conduzir e controlar a mesma. A sociedade busca formatar a família às suas necessidades, falando em decadência e fim da família para estigmatizar certas mudanças. Na ótica jurídica, entretanto, é inconcebível reconhecer preconceitos, na medida em que podem lesar a garantia constitucional da igualdade e da identidade pessoal (Dias, 2006).

Linhas de fuga à normatividade sempre são encontradas, e os casais de lésbicas e *gays* buscam seus direitos. Em relação à união civil, a Dinamarca, em 1989, foi o primeiro país a reconhecer a união de homossexuais, permitindo o registro da união civil com os mesmos direitos das uniões heterossexuais. Já o Pacto Civil de Solidariedade (PACS) criado na França, em 1999, autoriza que duas pessoas do mesmo ou de diferentes sexos firmem um contrato para organizar sua vida em comum. O casamento entre pessoas do mesmo sexo é admitido na maioria dos países europeus e o empenho do Parlamento Europeu é intenso para a criação de uma lei que permita iguais direitos e deveres, além de idênticas consequências jurídicas do casamento heterossexual. Um passo adiante à união civil foi a autorização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, em 2001, na Holanda. Na América Latina, Buenos Aires foi a primeira cidade, em 2002, a garantir direitos a duas pessoas, independentemente do sexo ou da orientação sexual. (Dias, 2006).

Esses avanços na conquista de direitos para lésbicas e *gays* nos mostram uma sociedade em mudança, condizente com os valores da contemporaneidade. Porém, não temos o mesmo panorama em todos os países do mundo. Houve grandes reformas do Direito de família, na década de 1990, no Japão e na Rússia, e um novo Direito de família na China, e os direitos de *gays* e lésbicas foram ignorados, sendo que na Índia, a

homossexualidade ainda é considerada crime. Essas constatações são consequências de como as religiões se impuseram através de força e poder, e transformaram o que não seguia a norma heterossexual em algo abominável (Therborn, 2006).

No Brasil, a Constituição Federal tem como objetivo principal a promoção do bem de “todos”, sem preconceito de sexo, sem fazer referência à orientação sexual. Também é proibida qualquer discriminação no tocante a salário, exercício de funções e critérios de admissão por motivos de sexo, porém silencia em relação à não-discriminação em razão da orientação sexual (Dias, 2006). E mais uma vez identificamos o uso de uma linguagem sexista, pois utiliza a palavra “todos” para generalizar homens e mulheres e, sabendo que a mulher não está incluída em uma expressão masculina, logo podemos entender que a lei preocupa-se apenas com o bem estar dos homens, invisibilizando e excluindo as mulheres.

Os outros modelos familiares, que não a reconhecida heterossexualidade, estão desafiando a possibilidade de encontrarmos uma conceituação única para sua identificação. O afeto passou a ser considerado o ponto mais importante na formação ou não de uma relação. É elemento essencial das relações interpessoais, não sendo indiferente ao Direito, pois é o que aproxima as pessoas, dando origem aos relacionamentos que geram as relações jurídicas. O fato de o Direito ter a possibilidade de provocar mudanças na família e conformar comportamentos faz com que o Estado assumira a tarefa de elaborar mecanismos para a proteção e manutenção do núcleo familiar heterossexual, o que torna mais difícil certa ampliação da lei que consiga dar conta de todas as relações que estão além das heterossexuais (Dias, 2006).

O tema da família na atualidade remete à discussão sobre os filhos e filhas, pois o interesse não está mais focado na relação conjugal, mas nos seus resultados, no que irá servir para o desenvolvimento do indivíduo adulto. As leis sobre maternidade e



paternidade são uma construção social e uma maneira de a sociedade dar importância a princípios ordenadores que digam respeito à diversidade humana, valorizando o afetivo em detrimento das origens. Entretanto, mesmo com mudanças na maneira de perceber as famílias, os papéis ainda estão muito marcados no exercício de uma maternidade/paternidade. O cuidado ainda está fortemente associada ao feminino, à mãe, criando dúvidas sobre os pais serem ou não bons educadores e cuidadores de seus filhos e filhas (Uziel, 2007).

Essa constatação nos remete novamente à linguagem, observando mais uma vez a sua influência nos modos de ser e agir da sociedade, provocando exclusão e preconceito, ou sendo uma reprodução de uma cultura ainda patriarcal e heteronormativa. Quando pensamos em cuidadoras, muitas palavras referentes ao cuidado, afeto, carinho e amor estão associadas. Porém, quando pensamos na palavra cuidador, muitas dúvidas se colocam, pois as nossas construções históricas nos dizem que essas mesmas palavras não são associadas ao masculino. Toda essa discussão se intensifica quando pensamos nas famílias constituídas por dois pais, pois o questionamento, além da orientação sexual, fixa-se na ideia de que dois homens não conseguem cuidar de crianças. Esse fato duplica o preconceito e cria mais sofrimento e estigmas a essas famílias e, principalmente, às suas crianças.

A filiação, não estando mais ligada somente à referência biológica, permite que as possibilidades se ampliem e outras maneiras de se constituir família passem a ser discutidas e utilizadas. Em outros momentos, seria inconcebível a ideia de dois homens terem um(a) filho(a) e constituírem uma família. A atualidade nos mostra que é possível sim, assim como os demais arranjos familiares que fogem à regra da família nuclear, burguesa, branca e heterossexual. Crianças que vivem somente com a mãe ou com o pai e famílias recasadas, em que a mãe ou o pai levam as crianças do primeiro casamento

para o segundo, são realidades que aumentam cada vez mais as estatísticas, possibilitando que outras maneiras de ser família sejam pensadas (Wagner, 2002).

Em relação às possibilidades das famílias homoparentais e homomaternais, os casais de *gays* e lésbicas podem fazer uso de diversas formas para constituir suas famílias. Dentre elas, por meio de um casamento heterossexual anterior, no caso da família recomposta. Por adoção, que apresenta um número grande no Brasil. Por inseminação artificial e também pela coparentalidade, com um dos membros do casal gerando uma criança com uma mulher ou homem (Zambrano, 2006a, Passos, 2005).

A maioria dos casos de famílias constituídas por *gays* e lésbicas no Brasil ocorre através dos recasamentos e adoções (Noda, 2005, Farias & Maia, 2009). Os casos de inseminação artificial são menos utilizados em função da situação econômica, pois essa forma requer um investimento financeiro que nem todas as famílias podem disponibilizar. O recasamento é a maneira mais comum e que mais ocorre, pois não há a necessidade da utilização dos trâmites legais, pois a criança, na maior parte das vezes, já possui um registro de nascimento com o nome do pai e da mãe, sendo considerado(a) o companheiro ou a companheira do pai ou da mãe uma terceira figura parental. E nos casos referentes à adoção, avanços ocorrem de maneira acelerada, com a conquista de direitos pelas famílias homomaternais e homoparentais.

A obtenção desses direitos ainda depende de juízes e tribunais, estando sujeitos a um entendimento de que as crianças possam ser registradas da maneira como desejam as mães e os pais. A interpretação da lei acaba dando margem para questionamentos sobre se as relações homossexuais se enquadram ou não na concepção de família. Alguns juízes alegam que a lei não veda a adoção por pessoas do mesmo sexo, e que a Constituição prevê a igualdade de direitos a todos e a todas, outros dizem que *gays* e

lésbicas não constituiriam família, não podendo ser considerados(as) uma família substituta para uma criança (Uziel, 2007).

Podemos perceber que o temor da sociedade diante das diferentes maneiras de relações afetivas e sexuais acaba por provocar formas de repressão e opressão, indo contra até o que é dito na Constituição sobre o cuidado e o bem-estar de todas as pessoas. E notamos também a presença da linguagem sexista mais uma vez permeada nas questões relativas ao preconceito e à discriminação, pois mantém e reforça a ideia de que família é constituída por uma mãe e um pai, em sua definição. Logo, uma família em que não existam relações assimétricas, nas quais as pessoas tenham o mesmo sexo e o poder seja dividido de maneira igualitária, acaba não legitimando a existência do patriarcado, deixando a sociedade sem a “Lei do Pai” e suas implicações.

Ainda no caso da adoção, que é forma de constituir família em que o Direito se faz mais presente, não há uma lei específica no Brasil que trate dos casos de adoção por casais de *gays* e lésbicas. No entanto, segundo a legislação, não há nenhum impedimento para que uma pessoa homossexual adote uma criança, considerando-se exclusivamente sua orientação sexual. A adoção por pessoas solteiras ocorre sem maiores problemas, logo, a mãe ou o pai homossexual adotaria a criança e posteriormente o nome da(o) companheira(o) seria incluído na certidão da criança. Mas essa ação não é considerada uma opção justa para muitos casais, pois há a existência de uma dupla, logo, as lutas passaram a ocorrer pela adoção no nome do casal, lésbico ou *gay*, e muitas batalhas foram vencidas, principalmente no Rio Grande do Sul (Dias, 2006, Farias & Maia, 2009).

Quanto mais casos de adoção favoráveis aos casais de *gays* e lésbicas, mais exemplos a comunidade jurídica terá para se embasar no momento de dar seus veredictos. O número de estudos sobre essa temática ainda é restrito por se tratar de uma

configuração familiar ainda considerada recente, datando de uma década ou duas atrás. Esse fato faz com que juízes tenham pouco material científico para auxiliar e justificar suas escolhas, optando por um parecer negativo por falta de conhecimento. Uma das principais justificativas dos resultados desfavoráveis é em relação a dúvidas na criação das crianças em famílias com duas mães ou dois pais, conforme estudos americanos. No Brasil, os estudos seguem um viés francês, em que essa questão não é muito abordada, principalmente porque significaria afirmar que a orientação sexual pode interferir na relação entre mãe/pais e filhos e filhas (Uziel, 2007).

As lutas pelos direitos homoparentais e homomaternais ainda são bastante recentes e estão em processo de construção. Essas constituições familiares estão enfrentando as mesmas restrições e preconceitos que o divórcio sofreu em 1970, e o seu sucesso vai depender da articulação dos(as) diversos(as) atores(as) envolvidos(as) (Chaves, 2008). O acesso ao casamento ou à adoção de crianças parece ser a última barreira contra a igualdade formal entre a população heterossexual e *gays*, lésbicas e travestis (Uziel, 2008). Porém, de nada adiantará conquistar direitos se uma das bases da opressão continuar em funcionamento. Se não houver transformação da linguagem sexista, os preconceitos e estereótipos continuarão com outras roupagens.

### **Algumas reflexões...**

Este artigo trouxe um diálogo entre as teorias de gênero, linguagem e direito, no intuito de apresentar a Família Homomaterna e as reflexões que se referem a ela. Através dessa intersecção, tivemos oportunidade de refletir sobre como a linguagem produz modos de ser e agir na cultura, ainda impregnada pelos resquícios do patriarcado; sobre a importância da criação de um termo que defina especificamente

uma família constituída por duas mulheres e suas crianças e sobre as questões legais que estão implicadas a essa constituição familiar.

Em nosso cotidiano, muitas vezes não percebemos como as ações ocorrem, nem por que ocorrem. Simplesmente vamos vivendo a vida, sem refletir sobre situações que deveriam ser pensadas e discutidas, mas que não o são pelo fato de não as enxergarmos. E quando enxergamos, vemos com os olhos formatados pela cultura, aquilo que Bombassaro (1995) chama de perceber orientado. Conseguir construir outras lentes que ajudem a enxergar sem distorção de imagens é um árduo trabalho que os estudos de gênero se dispõem a colaborar.

Quando trocamos as lentes, percebemos que muitas de nossas ações e ideias estão pautadas em uma construção histórica, no caso, na construção de uma hierarquização do masculino sobre o feminino, da hegemonia do homem sobre a mulher. Percebemos também que essa hierarquia produz modos de se comportar, de pensar e agir na sociedade, e que esses comportamentos, pensamentos e ações são os esperados, pois o que não corresponder a isso estará indo contra as normas da cultura.

Com outras lentes, a audição também ficará mais aguçada e, além de enxergar, vamos prestar atenção ao que ouvimos, ou seja, à linguagem que nos rodeia. Ela está impregnada de símbolos sexistas que produzem exclusões e preconceitos em relação à mulher. Ela apresenta o mundo como masculino, denominando homens e mulheres também pelo masculino. Todos e todas devem responder a uma forma de fala e de escrita corretas gramaticalmente. Porém, ouvindo e enxergando melhor, poderemos entender que a linguagem também é uma construção da cultura e traz os legados de um sistema criado pelos homens e para os homens, não para as mulheres.

Tendo ouvido e enxergado melhor, percebemos a necessidade da ação, pois a reflexão é importante, mas sozinha não contribui para a mudança. E nesse movimento

de mudança, a criação de termos específicos para as mulheres torna-se imprescindível. Palavras novas sugerem outras maneiras de ser e se constituir, entre elas, outras maneiras de ser uma família, por exemplo. Uma família constituída por mulheres que cuidam de seus filhos e filhas, e que não sejam referidas através do masculino, mas simplesmente através do que são, mulheres.

Família homomaterna. Uma entre outras maneiras de ser família. Reconhecida cada vez mais na legalidade, pois a lei não pode deixar de englobar a todos e a todas. Podemos observar que o Direito está tornando-se cada vez mais condizente com a contemporaneidade, pois cada vez mais as famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo e que buscam seus direitos, recebem respostas favoráveis. Os direitos humanos estão cada vez mais sendo levados em consideração em momentos de definições, e isso inclui uma amplitude maior no discernimento do que será melhor para a criança, que é a principal preocupação.

Esses avanços na área do Direito dão legitimidade e empoderamento aos assuntos referentes a *gays* e *lésbicas*, permitindo que essas outras visões e audições possam ocorrer. Através desse entendimento das questões construídas, novas reflexões podem surgir e, com elas, possibilidades de olhar para a margem e perceber que os(as) excluídos(as) não deveriam estar lá, pois a exclusão nem deveria existir. As conquistas possibilitam que as diferenças existam, mas com igualdade nessas diferenças.

Este trabalho, assim como outros tantos, espera contribuir para ampliação da discussão desta temática, apresentando o que ainda não é muito conhecido e instigando que o natural seja questionado. E, por meio desses questionamentos, identificar as construções para poder desconstruí-las. Desconstruir ideias, pensamentos, dogmas, paradigmas. Também desconstruir os muros que separam as pessoas, simplesmente pelo fato de viverem de outras maneiras, para que todos e todas possam realmente se

enxergar e entender que a sociedade não se desenvolve na eliminação da diversidade, mas que evolui com ela.

## Referências

- Alario, C. et al. (1995). *Nombra: En femenino y en masculino*. Ministerio do Trabajo y Assuntos Sociales- Instituto de La Mujer.
- Alves, J. E. D. (2004). *A linguagem e as representações da masculinidade*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas.
- Amorós, C. (2000). *Tiempo de feminismo*. Madrid: Cátedra.
- Azambuja, M. P. R. & Nogueira, C. (2008). Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. *Saúde e Sociedade*, 17 (3), 101-112.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 8 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bombassaro, L. C. (1995). *Ciência e mudança conceitual*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Cannabrava, B. (2004). “Campanha por uma educação não discriminatória na América Latina: 21 de julho”. Disponível em <http://www.redemulher.org.br>>, acesso em 4 de nov, 2010.
- \_\_\_\_\_ (2006). *Manual para o uso não-sexista da linguagem- O que bem se diz... bem se entende*. PROTECA.
- Carrasco, I. C. (2004). *La importancia del lenguaje no sexista*. Guia del uso del lenguaje, Asociación Mujeres Jóvenes. Federación Mujeres Jóvenes.
- Chaves, V. P. (2008). Adoção e homossexualidade. In: *Adoção: um direito de todos e todas*, Conselho Federal de Psicologia (CFP), Brasília.
- Coulthard, M. (1991). *Linguagem e Sexo*. São Paulo: Editora Ática.

- Del Priore, M. (1997). Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: Del Priore, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Dias, M. B. (2006). *União Homossexual- O preconceito & a justiça*. 3ª ed, Portp Alegre: Livraria do Advogado.
- Dinis, N. F. (2008). Educação, relações de gênero e diversidade sexual. *Educ. Soc.*, Campinas, 29 (103), 477-492, maio/ago.
- Elliot, A. J. (1981). *A linguagem da criança*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Farias, M. O. & Maia, A. C. B. (2009). *Adoção por homossexuais: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica*. Curitiba: Juruá.
- Furlani, J. (2008). Mulheres só fazem amor com homens? A educação sexual e os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. *Pro-Posições*, 19 (2), 111-131, maio/ago.
- Gesueli, Z. M. (2008). Linguagem e surdez: questões de identidade. *Horizontes*, 26 (2), 63-72, jul-dez.
- Golombok, S. (2002). Why I study... lesbian mothers? *The Psychologist*, 15 (11), 562-563, nov..
- Golombok, S. & Tasker, F. (1996). Do parents influence the sexual orientation of their children? Findings from a longitudinal study of lesbian families. *Developmental Psychology*, 32, 3-11.
- Guerra, C. (2007). Menino brinca de boneca e menina de carrinho?. *Revista Educação Popular*, 7, 137-142, jan-dez.
- Louro, G. L. (1999). Pedagogias da sexualidade. In: *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Louro, G. L. (Org). Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica.



- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2007). A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea. *Psico*, 38 (3), 216-223, set-dez.
- Noda, F. S. (2005). *Famílias de mães homossexuais; relato das mães*. Dissertação de mestrado não-publicada em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Passos, M. C. (2005). Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. *Psicologia Clínica*, 17 (2), 31-40.
- Pinheiro, L, Galiza, M. & Fontoura, N. (2009). Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença-parental como política pública para lidar com essas tensões. *Revista Estudos Feministas*, 17 (3), 851-859, set-dez.
- Pupo, K. R. (2007). *Violência moral no interior da escola: um estudo exploratório das representações do fenômeno sob a perspectiva de gênero*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Rosemberg, F. & Moura, N. C. & Silva, P. V. B. (2009). Combate ao sexismo em livros didáticos: construção da agenda e sua crítica. *Cadernos de Pesquisa*, 39 (137), 489-519, maio-ago.
- Sánchez, F. L. (2009). *Homossexualidade e família: novas estruturas*. Porto Alegre: Artmed.
- Spink, M. J. (2004). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Silva, J. F. (2004). Linguagem sexista sob a perspectiva da análise do discurso: olhares esboçados em uma revista dirigida a professores/as. *Olhar de Professor*, 7 (1), 77-83, Ponta Grossa.

- Strey, M. N. (2004). Violência de Gênero: uma questão complexa e interminável. In: Strey, M. N., Azambuja, M. P. R. & Jaeger, F. P. *Violência, Gênero e Políticas Públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Swain, T. N. (2008). Os limites do corpo sexuado: diversidade e representação social. *Revista Labrys/Estudos Feministas*, jan./jun. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys13/leituras/anahita.htm>>.
- Therborn, G. (2006). *Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000*. Trad. Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto.
- Uziel, A. P. (2007). *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Garamond.
- \_\_\_\_\_ (2008). Conjugalidade, parentalidade e homossexualidade: Rimas possíveis. In: *Adoção: um direito de todos e todas*. Conselho Federal de Psicologia (CFP), Brasília.
- Wagner, A (2002). *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Zambrano, E. (2006a). Parentalidades ‘impensáveis’: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, ano 12, 26, 123-147, jul/dez.
- \_\_\_\_\_ et al (2006b). *O direito à homoparentalidade: cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais*. Porto Alegre: Editora Venus.

**ARTIGO III**  
**MAMÃE... E MAMÃE? AS NARRATIVAS DAS FAMÍLIAS**  
**HOMOMATERNAIS**

**Introduzindo... Mulheres da história e história das mulheres...**

Histórias normalmente são encontradas em livros de literatura, mas, a citação a seguir se encontra em uma dissertação de mestrado. Ora, o que faz uma história em um trabalho científico? Histórias não podem ser contadas em trabalhos científicos, eles podem conter somente dados comprovados pela ciência.

Bianchetti e Machado (2002) aparecem para debater exatamente essa questão, será que o processo de escrita precisa ser necessariamente algo impessoal e doloroso? E para ser considerada ciência, a escrita deve estar baseada unicamente em artigos científicos que suponham certa “neutralidade”? Não. Então, iniciamos este artigo com o texto abaixo, que conta uma história para iniciar as histórias que queremos contar:

Se minha mão profana o relicário em remissão aceito a penitência: meu lábio, peregrino solitário, demonstrará, com sobra, reverência. Ofendeis vossa mão, bom peregrino, que se mostrou devota e reverente. Nas mãos dos santos pega o paladino. Esse é o beijo mais santo e conveniente. Os santos e os devotos não têm boca? Sim, peregrino, só

para orações. Deixai, então, ó santa! que esta boca mostre o caminho certo aos corações. Sem se mexer, o santo exalça o voto. Então fica quietinha: eis o devoto. Em tua boca me limpo dos pecados. Que passaram, assim, para meus lábios. Pecados meus? Oh! Quero-os retornados. Devolve-mos. Beijais tal qual os sábios. (Shakespeare, 1591/1988).

As reflexões descritas acima acerca do beijo configuram o amor romântico do século XIII e nos trazem o tema *amor* sob diversos aspectos, além de tratar do afrontamento da personagem principal ao pai. A tragédia de Romeu e Julieta foi uma história ocorrida na Itália do século XVI. Tempo em que uma donzela só poderia se apaixonar por um príncipe másculo e viril, e um príncipe só poderia se apaixonar por uma donzela delicada, gentil e meiga.

E como seria se por um acaso isso não acontecesse? Se essa donzela não fosse tão meiga ou gentil como era esperado dela, e, principalmente, se a sua paixão fosse outra donzela? Mas sobre isso não se pensava, pois nem esse questionamento seria tolerado sem que a Inquisição fizesse o seu trabalho, pois a religião era implacável no castigo aos pecadores.

Trazemos outra personagem à cena, Joana D'arc, que faleceu no século XIV, queimada na fogueira, cujo ato de bruxaria foi o de usar calças e agir como “um homem” (Veríssimo, 1967). E o que Julieta e Joana têm em comum? São mulheres. E também são transgressoras da norma vigente. Cada uma a seu modo, se rebelando e indo contra o que era esperado delas.

Julieta não aceitou o casamento que seu pai havia escolhido, e Joana não apresentava o comportamento feminino esperado para a época. Histórias de mulheres

que não se submeteram às normas de sua época, assim como tantas outras mulheres que foram em busca de seus desejos. Precisaram lutar por seus amores e seus ideais, tentando chegar perto de seus objetivos, mesmo que a morte tenha sido seu destino. Viveram em séculos errados, talvez?

Apresentamos agora, nesse novo cenário que se formou na contemporaneidade, outras histórias de mulheres. Século XXI, deve ser o século “correto” desta vez. Ou não. Mulheres que se relacionam com mulheres, que possuem orientação lésbica e se consideram felizes com suas companheiras, ainda sofrem com o preconceito da sociedade, mas é principalmente o preconceito advindo da família de origem que mais as fazem sofrer. Contudo, nem todas as famílias desaprovam o relacionamento lésbico de suas filhas. E quando há esse apoio, as mulheres que se identificam como lésbicas sentem-se amparadas e fortalecidas para conviverem em uma sociedade heteronormativa (Piason, 2008; Palma & Levandowski, 2008).

Essa sociedade, capitalista e contemporânea, que apresentou mudanças com o passar dos séculos – mudanças lentas e graduais, mas ainda assim, mudanças -, é constituída por identidades plurais. Essas identidades, por sua vez, constituem arranjos familiares que não podem ser chamados de novos por sempre terem existido. São então outros arranjos familiares que se diferem do ideal da família heterossexual. São arranjos de famílias monoparentais, recasadas, sem filhos, e finalmente, homossexuais (Wagner, 2002, 2005). E, para seguir o fio tecido anteriormente, uma família constituída por mulheres.

E eis que chegamos então à história que queremos contar. Mas não é uma única história, são muitas histórias de mulheres que se identificam como lésbicas e amam suas filhas e filhos. São as famílias homomaternais em todo o seu contexto, constituídas por duas mulheres e suas(seus) filhas e filhos. As famílias abriram suas portas para que os

estudos pudessem ocorrer, e com eles, apresentar à sociedade científica os olhares mais aguçados da contemporaneidade, saindo da margem de uma sociedade regida por um patriarcado, em declínio, mas muito poderoso ainda e que assegura o poder ao homem.

Essas histórias poderiam estar ocorrendo em programas de televisão, em filmes, no cinema, mas não. São histórias que ocorrem no dia a dia de nossa sociedade, são as histórias de outras Julietas e Joanas que igualmente lutam em seus cotidianos por uma vida mais justa e digna. As causas das lutas do nosso século mudaram. Não se luta mais por famílias rivais ou territórios, mas pelo respeito, pela cidadania e pela felicidade de todas as pessoas.

As páginas que seguem são um convite para uma reflexão sobre essas constituições familiares da contemporaneidade e suas decorrências. Mais que isso, uma reflexão sobre as famílias constituídas por mulheres, juntamente com seus filhos e filhas. E contando essas histórias, podemos contribuir para que essas famílias tenham visibilidade e possam cada vez mais ser reconhecidas enquanto configuração familiar. Apresentamos então, algumas Famílias Homomaternais<sup>3</sup>.

### **A construção do cenário na busca pelas personagens...**

As narrativas apresentadas a seguir são parte da pesquisa realizada para uma dissertação de mestrado em Psicologia Social, com o objetivo de conhecer e compreender as famílias homomaternais, mais especificamente a temática referente à conjugalidade, à maternidade e à conjugalidade associada à maternidade. Para tanto,

---

<sup>3</sup> Terminologia criada pelas autoras Yáskara Arrial Palma e Marlene Neves Strey em 2009, para representar através de uma linguagem não-sexista, as famílias constituídas por duas mulheres e seus filhos e filhas (Palma, Strey & Botton, 2010).

realizamos entrevistas narrativas com oito mulheres lésbicas que integram um núcleo homomaternal e possuem filhas e/ou filhos, independente da maneira como se constituiu essa maternidade.

O projeto da pesquisa foi encaminhado à Comissão Científica da Faculdade de Psicologia da PUCRS e ao Comitê de Ética da mesma instituição, sendo analisado e considerado dentro das normas esperadas. Com a aprovação dos comitês, demos início à busca das participantes para a realização das entrevistas narrativas. Os comitês asseguram que a pesquisa realizada irá tomar todos os cuidados e precauções para que as pessoas entrevistadas não sejam lesadas em seus direitos humanos. Logo, todas as normas da resolução 196/96 do Ministério da Saúde, relativas à pesquisa que envolve sujeitos humanos, discriminadas a seguir, foram cuidadosamente discutidas e seguidas.

A pesquisa seguiu um delineamento qualitativo, de caráter descritivo e exploratório. Os métodos qualitativos de pesquisa são úteis para quem busca entender o contexto onde algum fenômeno ocorre, pois permitem a observação de vários elementos de uma forma simultânea em um pequeno grupo (Víctora, Knauth e Hassen, 2000).

Turato (2005) corrobora as questões acima e afirma que a metodologia qualitativa não busca estudar o fenômeno em si, mas entender seu significado individual ou coletivo. Nos métodos qualitativos, o(a) pesquisador(a) volta seu interesse para a busca do significado dos fenômenos, manifestações, ocorrências, fatos, eventos, vivências, ideias, sentimentos, assuntos que moldam a vida das pessoas.

Em uma sociedade com ideias pós-estruturalistas, com uma pluralização de ambientes, culturas, estilos e formas de vida, as(os) psicólogas(os) sociais se defrontam cada vez mais com novos contextos e perspectivas sociais. Pesquisas que tenham uma relevância para a vida cotidiana, que possam contribuir de modo significativo nesses

temas contemporâneos possuem uma grande importância para a Psicologia como um todo e principalmente para a Psicologia Social (Flick, 2004).

No momento da coleta dos dados, foram utilizadas entrevistas narrativas, que são indicadas para pesquisas qualitativas por serem consideradas não estruturadas e de profundidade. A ideia básica é reconstruir acontecimentos sociais a partir da perspectiva da informante (Jovchelovitch & Bauer, 2002). A entrevista narrativa necessita de uma situação que encoraje e estimule a entrevistada a contar a história sobre os acontecimentos de sua vida e seu contexto familiar e social. Portanto, a pesquisadora solicitou que as participantes relatassem suas experiências no processo da construção de uma conjugalidade lésbica, da maternidade, e de uma maternidade associada à essa conjugalidade.

A seleção das participantes foi feita pela técnica *Snowball Sampling* (amostragem por bola de neve), na qual uma participante indica outra, que indica outra e assim sucessivamente (Víctora, Knauth e Hassen, 2000). Essa técnica é sugerida por se tratar de pessoas que geralmente convivem em grupos cujos membros se conhecem entre si e também pela dificuldade de identificação de lésbicas e *gays*, uma vez que muitas(os) ainda optam por viver sem o reconhecimento de sua orientação sexual.

Entramos em contato com as mulheres que nosso círculo de colegas e amigas(os) nos indicou para convidar a participar da pesquisa, explicando o que seria abordado e as questões éticas implicadas. Essas participantes foram nos indicando outras mulheres e assim fomos construindo o nosso *corpus* de pesquisa. Algumas entrevistas foram realizadas na própria casa das participantes que, de maneira solícita, abriram suas portas e contaram suas histórias, e outras em seus trabalhos, sendo que todas as entrevistas tiveram uma média de uma hora de duração.



O nível sócio-econômico e educacional das entrevistadas não foi um fator de exclusão, e não é o mesmo para todas. O nível educacional vai do ensino médio ao de pós-graduação, e suas profissões estão explicitadas nas histórias de cada uma, presentes no próximo subtítulo. Uma participante reside em uma cidade do interior de Santa Catarina e as demais são residentes de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

Antes de iniciar a gravação de cada entrevista, foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi assinado por todas as pessoas envolvidas (pesquisadora e entrevistadas). Uma cópia ficou para a pesquisadora e outra para as entrevistadas. Sendo assim, foram tomadas todas as medidas quanto ao cuidado sobre informações que possam levar à identificação das entrevistadas. Para que fosse assegurado o sigilo, as participantes foram identificadas com nomes fictícios.

Os dados das entrevistas foram gravados e transcritos de maneira fidedigna e, em seguida, foram submetidos à análise de discurso. Segundo Gill (2002), não se deve utilizar *a* análise de discurso, por existirem várias análises de discursos. A autora define *análise de discurso* como sendo o nome dado a uma variedade de diferentes enfoques no estudo de textos, em que se diferenciam em tradições teóricas, tratamentos e disciplinas. A discussão dos dados vai ocorrer ao longo deste artigo sob a ótica das teorias feministas dos estudos de gênero (Scott, 2002, Strey, 2004, Colling, 2004).

Essa forma de analisar os dados focando o discurso da participante procura demonstrar que se constrói a unidade do texto a partir do processo de produção de significado. É pensado num entrelaçar entre o modo de organização textual, levando em consideração o espaço do interlocutor, o momento da enunciação e a história do interlocutor (Celestina & Moraes, 1995).

Os discursos são tratados como práticas que formam os objetos de que falam de uma forma sistemática. São feitos de signos, mas esses signos não são utilizados apenas

para designar coisas, mas, muito além disso, eles ultrapassam a língua e o ato da fala. O discurso é então constituído por um conjunto de sequências de signos, caracterizando enunciados, atribuindo a ele modalidades particulares de existência. É denominado como um conjunto de enunciados advindos de um mesmo sistema de formação (Foucault, 1986).

A linguagem que forma esses discursos não é considerada como algo dado, e a sociedade também não pode ser vista como algo que está em homeostase. Logo, ambas se constituem e se alteram mutuamente. Para analisar o discurso, não podemos separá-lo da sociedade que o produz, tomando-o como um ato social, com suas relações de poder, resistências, constituições de identidades, que estão implicados (Rocha-Coutinho, 1998).

Analisando o discurso produzido através das entrevistas narrativas realizadas com as mães lésbicas, foi possível compreender e visibilizar os sentidos, modos de subjetivação, enfim, modos de viver e perceber a conjugalidade e a maternidade em um mundo contemporâneo. A pesquisadora, focando o discurso e entendendo-o como passível de diversas significações, bem como suas nuances e vicissitudes, facilitou que essas mães pudessem refletir e compartilhar as questões que permeiam pontos importantes de sua vida.

Os estudos de gênero contribuem para que as relações assimétricas de poder entre homens e mulheres possam ser pensadas e discutidas, diante de construções históricas que colocam as mulheres em um plano secundário, onde o masculino é hegemônico. Através dessas reflexões, podemos perceber que o patriarcado ainda é vigente e norteia grande parte dos comportamentos sociais, embora de maneira sutil, tornando “naturais” modos de ser que oprimem e excluem as mulheres (Scott, 2002, Colling, 2004).

## **Iniciando as histórias que queremos contar: As personagens e suas histórias de vida...**

Apresentamos a seguir as oito personagens<sup>4</sup> das narrativas e suas histórias de vida, com suas singularidades e subjetividades. Sem as personagens, não existiriam as narrativas, logo, não existiriam as histórias também. São as nossas heroínas do século XXI, com suas lutas em batalhas simbólicas.

### **Laura**

Laura tem 29 anos e é comerciante, dona de um bar cuja decoração poderia lembrar os bares cariocas, despojados e aconchegantes. Mora junto com sua companheira há três anos, mas reconheceu sua orientação lésbica aos 26 anos. Somente conseguiu expressar os seus verdadeiros desejos após a morte do marido, pois diz ter sido criada de maneira onde não conseguia imaginar outra possibilidade de relacionamento, do que a de um homem e de uma mulher. Teve um filho e uma filha com o marido, que hoje integram a família homomaterna de Laura e sua companheira. O filho tem nove anos e a filha cinco. Segundo Laura, as crianças são muito felizes em sua família constituída por duas mães e tratam sobre o assunto com normalidade. Na escola também não passaram por muitos momentos de preconceito e, quando passam, entendem que os/as colegas não compreendem sua família por não terem conhecimento suficiente. A família de Laura demorou em aceitar o novo relacionamento da filha, em função de este ser com uma mulher, mas hoje em dia aceita e se dão muito bem. Laura deixa o recado para que as

---

<sup>4</sup> O nome das participantes neste estudo é fictício, mantendo preservado o sigilo de identidade.

peças não tenham vergonha do que sentem, não fiquem preocupadas com o que os outros vão falar. Em primeiro lugar, a pessoa deve ser feliz, e o resto é o resto.

### **Maria**

Maria tem 51 anos e é a companheira de Laura. Trabalha com ela no estabelecimento que as duas possuem - o bar que lembra o Rio de Janeiro. Maria é muito feliz em seu relacionamento com Laura. Ela já se relacionava com mulheres há bastante tempo, pois teve o entendimento de seus sentimentos quando ainda era bastante jovem. O fato de Laura ter uma filha e um filho não interfere no relacionamento do casal, pelo contrário, Maria se diz muito feliz em ter uma família que, como ela diz, é emprestada, mas é como se fosse dela. Possui os mesmos cuidados que Laura tem com as crianças, as busca no colégio, dá banho, cuida da alimentação e todas as outras atenções necessárias. Sente que as crianças gostam muito dela, fato que a deixa muito satisfeita e pertencente a essa nova reorganização familiar. Para Maria, sua família é como outra qualquer, uma família que traz muita felicidade para ela.

### **Ana**

Ana é servidora pública e possui 43 anos. Conheceu sua companheira no trabalho, pois ela era a sua chefe. Ana também já havia tido outros relacionamentos com mulheres, porém, é seu primeiro relacionamento sério, o que deixou sua família contente, pois pararam de se preocupar por ela ser muito “festeira”. Ela e sua companheira estão juntas há quinze anos e possuem uma filha há sete anos. A menina é adotada e quem possui a guarda é Ana, que conheceu a filha no trabalho, uma instituição de abrigo para crianças. A criança chegou ao abrigo com dois meses e, desde então, Ana nunca mais se separou

dela. A adoção ocorreu somente aos dois anos de idade da menina, que foi então morar junto com Ana e sua companheira. A filha, que agora possui nove anos, trata a questão de ter duas mães com muita tranquilidade, mesmo quando é questionada na escola sobre esse fator. A família vive muito bem, as duas mães dividem as tarefas da casa e os cuidados com a filha e Ana está realizada com sua família, criada pelo amor que sente pela filha e pela companheira.

### **Júlia**

Júlia é assistente social e também servidora pública, além de chefe de sua companheira Ana. Tem 39 anos e se identifica como lésbica há quinze anos, desde que iniciou seu relacionamento com Ana. Porém, para Júlia, o caminho não foi tão fácil assim. Júlia namorou um homem durante sete anos, e já era noiva quando descobriu seus sentimentos pela companheira. Mas, esses sentimentos foram recebidos com muita angústia e sofrimento, até que fossem entendidos e vivenciados de maneira tranquila como ocorre atualmente. A família de Júlia também recebeu a notícia muito mal e, por muito tempo, foi contra o relacionamento das duas, chegando até a cortar qualquer contato com Ana, que não era recebida em sua casa. Mas Júlia conseguiu passar por esse momento e assumir seus sentimentos por Ana, indo morar com ela em uma casa, longe de sua família. Nessa convivência, Júlia foi melhorando, segundo suas palavras, e conseguindo assumir seu relacionamento para a sociedade, não mais apresentando Ana como sua amiga, mas como sua companheira. Surgiu então a ideia da adoção da filha das duas, que deixou Júlia nervosa também, pois ficou com muitas dúvidas sobre como seria ser mãe, ainda mais em um contexto de duas mulheres. E o tempo passou e Júlia comenta que a vinda da filha foi um dos momentos mais importantes de sua vida. Agora, a mãe de Júlia já aceita Ana e é muito feliz com a neta que possui.

### **Roberta**

Roberta tem 40 anos e é empresária, dona de um salão de beleza inaugurado há pouco tempo e muito bem decorado. Lá ela atua como cabeleireira e é preferência da maioria das clientes do salão. Possui um filho de dezesseis anos, que teve com um namorado. Nunca precisou assumir seu filho sozinha, pois o relacionamento com sua companheira iniciou quando ela ainda estava grávida do menino, que tem como madrinha a companheira da mãe. Os três vivem juntos há dezessete anos, porém o relacionamento não é assumido no local de trabalho, somente para família e amigos(as) íntimos(as). Roberta teme que o fato de assumir sua orientação sexual possa influenciar negativamente no andamento de seu trabalho e prefere não comentar nada muito íntimo com quem não sabe de sua companheira. Roberta havia tido outros relacionamentos com mulheres, mas nenhum tão importante como o que possui com sua companheira e se diz muito feliz com sua família que, segundo ela, é muito unida. Roberta pensa que mesmo nos dias atuais, ainda é difícil para uma parte da sociedade aceitar que duas mulheres possam viver juntas sem precisar de um homem, por isso, prefere se preservar.

### **Isabela**

Isabela tem 38 anos e é psicóloga. Trabalha em consultório e também como professora universitária. E foi ministrando aulas que conheceu sua companheira, sua aluna na época, e que também se interessou pela primeira vez por uma mulher. A aluna olhava para ela “como se fosse um homem, com um olhar de desejo”, segundo Isabela. E o sentimento despertou entre as duas e foi fulminante, fazendo com que Isabela passasse as sessões de terapia tentando entender o que estava acontecendo. Foram morar juntas, mas, para Isabela o fato de estar apaixonada por uma mulher, mesmo uma mulher que

“parecia um homem” em muitas situações, ainda era muito confuso, e o fato de não conseguir revelar seus sentimentos para a família e para amigos(as) acabou separando as duas por um ano. Após esse ano, Isabela conseguiu organizar melhor essa nova perspectiva de relacionamento dentro de si mesma e resolveram voltar, e não só isso, mas também oficializar o seu compromisso através de uma cerimônia que teve até vestido de noiva e realizada por um juiz de paz. Após a união, veio o desejo de ter um(a) filho(a) e, com esse desejo, a decisão de ser através da reprodução assistida. Foram para São Paulo e, na segunda tentativa, as crianças chegaram - um menino e uma menina, atualmente com três anos. Chamam suas duas mães de mãe e “pami”, e assim constituem outra família homomaterna.

### **Manuela**

Manuela tem 34 anos e é juíza, além de ser jogadora de futebol nas horas vagas. Mora com sua companheira há cinco anos e sente-se muito feliz e realizada com ela. Anterior a esse relacionamento, Manuela nunca tinha se relacionado com mulheres, e esse foi um ponto de grande dificuldade para o casal. Manuela era casada há seis anos e meio com um homem, mas o relacionamento estava passando por dificuldades, chegando à separação, o que fez com que se aproximasse de sua companheira, colega no time do futebol. Ficaram muito amigas e, em determinado momento, Manuela sentiu que algo estava mudando, pois o sentimento em relação a essa amiga era diferente do sentimento em relação às outras. E então um beijo aconteceu. Entretanto, Manuela sentiu-se muito confusa em relação a ter um relacionamento com uma mulher, e sempre voltava atrás em sua decisão. Assim ficaram seis meses, até que o desejo e principalmente, o amor, se sobrepuseram. Foram então morar juntas e oficializaram sua relação com um juiz de paz

em sua própria casa. O desejo da maternidade chegou logo após. Decidiram que seria Manuela quem gestaria a criança e, através da reprodução assistida, nasceu um menino muito amado pelas duas. Ele chama as duas de mami e a inicial do nome de cada uma. E assim Manuela construiu sua família homomaterna.

### **Bruna**

Bruna é a companheira de Manuela. Tem 39 anos e é contadora, além de também ser jogadora de futebol nas horas vagas. Bruna foi casada com um homem durante onze anos, porém, o casamento se desgastou e veio, então, a separação. Bruna já era separada há dois anos antes de conhecer sua companheira atual, Manuela. Conheceram-se no futebol, entre uma partida e outra, e ali o sentimento foi crescendo. Apesar de também nunca ter tido um relacionamento com uma mulher, entendeu de maneira mais clara e rápida o que sentia por Manuela. Teve ajuda de sua irmã mais velha, que conversou com ela e a ajudou a perceber os sentimentos em relação a Manuela, e que todos(as) percebiam, somente ela que não. Embora hoje haja a certeza do sentimento, o período em que Manuela estava em conflito com suas dúvidas e indagações foi bastante difícil, quase levando a um rompimento da amizade entre as duas. Porém, o amor superou as adversidades e Bruna tolerou o tempo que Manuela precisou para definir seus sentimentos e só então, foram morar juntas e oficializar a relação. A vinda do filho foi motivo de alegrias. Bruna sempre havia se imaginado mãe, mas nunca visualizava em seus pensamentos gerar uma criança. Então, quando Manuela expressou seu desejo, foi uma decisão que trouxe muita satisfação. Bruna comenta que vive de uma maneira intensa e feliz, e que nunca imaginou que pudesse sentir tantas coisas boas juntas.

**Narrativas e produções de sentidos no cotidiano de famílias homomaternais...**



Após a apresentação de nossas personagens, seguiremos conhecendo mais sobre as suas vivências, em suas famílias homomaternais. Para isso, apresentaremos a seguir algumas partes das narrativas dessas mulheres que se identificam como lésbicas e constituem uma família com suas companheiras e filhas e filhos. Através das narrativas, significam seus modos de vida, bem como re-significam sentimentos e comportamentos, refletindo no momento que articulam suas vivências em histórias que são contadas.

Nessas histórias, não são simples fatos que estão sendo narrados, mas momentos importantes da vida dessas mulheres, permeados de sentimentos e emoções. Na linguagem, encontram-se estão “pedacinhos” de cada uma delas, que se transformam em reflexões e articulações teóricas, apresentadas nesse artigo, para que possamos fazer parte, de alguma maneira, desses pedacinhos também.

O objetivo deste trabalho relacionado às famílias homomaternais era conhecer o modo como as mulheres que se identificam como lésbicas estão vivenciando a maternidade nas relações de conjugalidade. Para tanto, as mulheres entrevistadas foram convidadas, através das narrativas, a contarem suas histórias com uma ênfase nas questões relacionadas à conjugalidade, maternidade e conjugalidade associada à maternidade.

### **A conjugalidade**

Uma sociedade heteronormativa tem como norma o relacionamento heterossexual. Essa configuração nos faz pensar sobre o que é esperado por essas normas, o que também nos remete a questionamentos referentes a elas, ou seja, de quem são as normas, para que servem e o que acontecerá com quem não as seguir? São

reflexões que poderiam parecer inconsistentes e sem significado para o século XXI com todos seus avanços tecnológicos. Contudo, as narrativas continuam a nos mostrar que apesar de todo o desenvolvimento ocorrido nas ciências, nem todos os setores foram totalmente transformados.

A sociedade é a representante dessas parciais transformações, pois ainda não consegue conviver sem discriminar e ainda oprime o diferente e faz sofrer quem não segue as suas regras. Porém, a sociedade é constituída de homens e de mulheres, e são eles e elas que criam as normas. Além dos homens e das mulheres, as instituições também fazem parte da sociedade e também fazem parte da manutenção da ordem e dos “bons” costumes, como as escolas e as religiões, por exemplo.

Depois de pensar sobre quem cria as normas, podemos refletir para quem elas servem. Servem para manter a sociedade funcionando, organizada, muitas vezes através do controle, do medo e da opressão (Foucault, 2006) E o que acontece quando alguém não se enquadra nas normas? É excluído e sofre o preconceito advindo dessa sociedade que dita tais normas e espera que elas sejam cumpridas. Através do preconceito disseminado, a sociedade consegue manter, de certa maneira, como espera que as pessoas se comportem e, muitas vezes, chega ao seu objetivo.

O preconceito se utiliza de artimanhas, muitas vezes advindas do próprio discurso científico, para manter a vigência das normas. Por muito tempo, a homossexualidade era considerada um desvio grave de conduta, estando presente nos manuais de psiquiatria. Somente em 1973 iniciam-se os movimentos para retirar o rótulo de doença da homossexualidade, e a Associação Americana de Psiquiatria a elimina como categoria diagnóstica e a retira do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (Zambrano, 2006, Uziel, 2007).

Porém, mesmo com esse movimento, no imaginário social a associação entre homossexualidade e doença ainda se faz presente, o que somado a um discurso fortemente embasado por crenças e mitos trazido pelas religiões e a uma heterossexualidade compulsória, acaba tornando a orientação *gay* e lésbica ainda passível de fervorosas manifestações contra sua existência (Lacerda, Pereira & Camino, 2002).

As falas a seguir apresentam essa realidade, mostrando que o preconceito ainda se faz presente no cotidiano das pessoas, provocando sofrimento e até mesmo impedindo a realização de desejos de uma conjugalidade mais satisfatória: *“Nunca, jamais, na verdade a gente não assume, pra ninguém assim, sei lá, porque a gente não assume, porque se a gente assumir alguém vai estar criando alguma expectativa, vai estar falando alguma coisa, então a gente resolveu que vai ficar tranquila, vai ficar bem, com o preconceito, a gente prefere ficar na da gente sabe, mas a maioria das pessoas sabem, a gente sabe, então isso não é falado, mas todo mundo sabe...”* (ROBERTA).

A norma heterossexual impõe que somente possa ocorrer o relacionamento afetivo-sexual entre um homem e uma mulher, reforçando o modelo binário e todas as teorias relacionadas às fixações de papéis masculinos e femininos. Com isso, coloca todos os pares do mesmo sexo na posição de “desviantes”, e esse discurso carrega consigo todo o estigma e o preconceito advindos daqueles que esperam que as normas sejam cumpridas (Swain, 2000, Butler, 2003, Gomide, 2007).

As falas a seguir trazem a heteronormatividade se impondo sobre o desejo, produzindo modos de se viver: *“Na verdade, eu sempre tive muito preconceito, eu dizia assim, dois homens juntos tudo bem, mas duas mulheres, que horror. Eu tinha muito preconceito com isso, mas daí foi que aconteceu. [...] Então eu fiquei muito confusa, foi*

*muito difícil, foi a primeira mulher que eu fiquei, e foi tudo muito novo, eu fiquei muito mal, sabe, bem confusa mesmo. Inclusive comecei minha graduação assim, fugindo das pessoas, não sabendo o que dizer quando me perguntavam sobre coisas pessoais, se eu tinha marido...” (JULIA). “[...] quando ia dar um beijo, sentia uma coisa mais diferente, que eu escondia, negava, e daí pensava: Não, não é nada disto, estou viajando! Ela é só minha amiga, e eu gosto dela. Isto foi crescendo bastante e eu sempre negando para mim mesma, onde já se viu eu sentir alguma coisa por mulher, a M. é mulher e minha amiga!” (BRUNA).*

Gays e lésbicas passam por algumas etapas nas suas vivências, ao longo do tempo, que podem ser divididas em: reconhecer-se como homossexual, revelar para outras pessoas, socializar com outros homossexuais, ter uma identificação positiva e também integração e aceitação (Goldfried & Goldfried, 2001). Podemos perceber, então, que, além do preconceito advindo da sociedade, o preconceito interno ainda aparece como sendo o principal a ser superado, as lutas internas devem ser vencidas primeiramente, para que as externas possam ser combatidas.

As falas das participantes a seguir apresentam as lutas internas por que passaram e como esse momento trouxe sofrimento: “[...] foi com o tempo sabe, que foi melhorando e eu fui melhorando isso em mim. Parece que eu tinha duas vidas, uma interna e uma externa, que dentro de casa eu era uma pessoa e fora eu era outra. Eu estava sempre mentindo, ou pras pessoas dizendo que ela era minha amiga, ou pra mim, não assumindo meus desejos verdadeiros” (JULIA). “Num primeiro momento eu tive muito medo, era um medo inconsciente tipo assim: Não gostei, não é isto que eu quero. Meu inconsciente fez uma interpretação assim estranha, tipo de uma contradição. Era uma rejeição inconsciente” (MANUELA).

Quando falamos na mulher, devemos ter o cuidado de não cair na armadilha de pensar que todas as mulheres sentem e se comportam da mesma maneira, pois não existe “a” mulher, mas sim “as” mulheres, cada uma com suas particularidades. Também devemos observar que os adjetivos atribuídos às mulheres, como carinhosas, sensíveis, cuidadoras e amorosas são produtos da cultura, portanto, são construções culturais. Essas construções acabam se tornando verdades absolutas e passam através de gerações, fazendo com que as mulheres realmente acreditem em que seus comportamentos são explicados através do biológico, e não do social (Scott, 2002, Strey, 2004, Rago, 2004).

Esses atributos relacionados ao sexo feminino, associados com a heteronormatividade, transformam e mascaram sentimentos da ordem sexual para sentimentos mais “puros” como da amizade, trazendo confusão e falta de coerência na vida de muitas lésbicas: “A B. despertou em mim um sentimento diferente que foi evoluindo. Tu tendo uma relação de cumplicidade com alguém, tu vai curtindo, admirando essa pessoa e aí, até que um dia depois de eu muito insistir, a gente fez uma primeira experiência” (MANUELA). “Na verdade a gente começou com uma grande amizade. Eu fui casada com um homem, no civil, religioso com véu e grinalda e tudo. Fui casada durante onze anos e tive um relacionamento de quatorze anos. Daí eu me separei e acabei conhecendo a M. em 2002. Fomos amigas durante muito tempo” (BRUNA).

Além das dúvidas e confusões, o fato de a dificuldade em se conseguir perceber, com clareza, os sentimentos, fez com que muitas participantes também encontrassem dificuldades em verbalizar o verdadeiro significado da relação, não produzindo mudanças na maneira de pensar e agir da sociedade, como nas falas das participantes: “Então a gente era só amiga, amiga pra cá e amiga pra lá, na verdade eu me dava

*muito bem com a mãe dela, enquanto eu era amiga, mas quando a ficha caiu, ela passou a me odiar e não aceitar a relação, foi muito difícil” (ANA). “Olha, a minha história com a M. não é uma história de amizade, é uma história de amor, porque eu sempre achei importante falar, porque é claro que as pessoas já sabiam, isso era óbvio, mas faziam de conta que não sabiam, então faz diferença tu nominar, porque o que eu vejo nas relações homossexuais, tanto masculinas como femininas, é que fica muito velado, fica uma vida muito privada e quando circulam, circulam nos guetos, o que não produz inclusão social...” (ISABELA).*

Quando as participantes comentam sobre seus relacionamentos atuais, acabam comparando com relacionamentos anteriores, na grande maioria, heterossexuais, e então a questão da igualdade se sobressai, quando relacionada ao convívio diário: *“O relacionamento entre mulheres é igual a um relacionamento hetero, a diferença é que a gente tem mais compreensão, a gente sabe o que uma gosta, porque praticamente a gente faz o que a gente tem vontade que façam na gente, entende, pra mim é maravilhoso, eu, por escolha né, eu acho bem melhor o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo do que o relacionamento hetero” (LAURA).*

A maioria das lésbicas, nas entrevistas realizadas, não persegue o prazer sexual como finalidade única na relação com a companheira, sendo encontrada a busca por um aprofundamento do relacionamento afetivo-sexual (Mott, 1987). O par igualitário pode enfatizar a importância do companheirismo e da amizade na relação, sem esquecer a dimensão sexual. Nos estudos de Heilborn (2004), ela observou que o casal de mulheres aparece bastante marcado por um intenso companheirismo, com forte ênfase no apoio psicológico mútuo, deslizando da conjugalidade para a amizade.

O autor e a autora acima descrevem relacionamentos lésbicos, definindo modos de ser e agir e a fala a seguir segue a mesma lógica: *“A gente teve um relacionamento*

*heterossexual antes, ambas fomos casadas com homens, a B. há mais tempo, eu por seis anos e meio mais ou menos, sendo que, um ano e meio foi de casado mesmo. Então, é uma experiência bem diferente mesmo, é muito mais tranquilo porque as mulheres tendem a compreender um pouco melhor os dilemas femininos tipo TPM, oscilações de humor, cólicas, né, que o homem, eles surtam né, os coitados, porque eles não vivenciam isto, né. A gente tem muito mais cumplicidades, afinidades, cooperação... [...]” (MANUELA).*

Porém, temos que ter claro que não podemos dizer que todos os relacionamentos entre duas mulheres ocorrem da mesma maneira, nem têm as mesmas características. A fala da participante a seguir chama atenção para as generalizações que devem ser tratadas com cautela: *“A gente ficou junto pela primeira vez [...] tava tudo tão representado que o jeito de falar, o jeito de conduzir dessa mulher que eu me apaixonei, que é a M., de um jeito viril, de um jeito masculino, que se contrastava com o meu, que nem sempre precisa ser assim, a relação homossexual pode ser pelo igual, que eu já acompanhei no consultório que foi o igual que atraiu, mas não foi no nosso caso, cada história que tu vai escutar vai ser por aí, a nossa foi assim [...]” (ISABELA).*

As narrativas apresentadas até o momento se referiam ao relacionamento, à conjugalidade lésbica. São discursos carregados de emoções, tanto positivas quanto negativas. Podemos perceber que as negativas estão todas relacionadas com o preconceito ainda existente na sociedade, e as positivas referem-se ao relacionamento afetivo-sexual e no sentimento de felicidade por terem seguido seus desejos. E como são uma família, possuem filhos e filhas. Os discursos que seguem dizem respeito à maternidade e questões ligadas a ela.

### **A maternidade**

Para constituir a maternidade, os casais de lésbicas podem fazer uso de diversos métodos. Dentre eles, os casos de famílias recompostas, a que a mãe saiu de um casamento heterossexual e trouxe as crianças para o contexto lésbico; por adoção; por reprodução assistida, em que entram os métodos de inseminação artificial e fertilização *in vitro*; e co-parentalidade, onde um dos membros do casal gera o(a) filho(a) com um homem, e a criança passa a fazer parte do núcleo homomaternidade (Zambrano, 2006, Passos, 2005).

Das oito mulheres entrevistadas, quatro geraram seus(suas) filho(as), sendo que duas engravidaram nas relações heterossexuais anteriores e duas através da reprodução assistida. Sobre as outras participantes, duas adotaram sua filha e as outras duas são as companheiras das mulheres que geraram as crianças. Foram entrevistadas oito mulheres, sendo que dessas oito, havia três casais, totalizando seis participantes. As outras duas mulheres restantes foram entrevistadas sem as suas companheiras por motivos que impossibilitaram a realização das entrevistas.

A maternidade foi descrita pela maioria das participantes como sendo algo que traz enorme satisfação e felicidade. Relatam que a vinda das crianças modificou as suas vidas, e que se sentem preenchidas com a presença dos filhos e filhas. Podemos perceber que a maternidade ainda encontra-se muito ligada a uma lógica heteronormativa para muitas mulheres, como podemos perceber na narrativa de uma das participantes: *“Maternidade foi um sonho, eu sempre, desde a adolescência, sempre tive vontade de ter filhos. Me descobri com dezesseis anos, que eu gostava de mulheres, mas mesmo assim quis ter uma relação para ter uma família”* (LAURA).

Essa fala nos mostra que, mesmo tendo consciência de seus desejos por mulheres, para conseguir ter uma família, a participante em questão passou por um



casamento com um homem e, somente após ficar viúva, conseguiu assumir para a sociedade sua orientação lésbica, bem como constituir uma nova família com sua atual companheira e suas crianças. Sua companheira não gerou as crianças, porém as sente como seus(suas) próprios(as) filhos(as): *“Maternidade, maternidade eu não sou, porque eu não tive os filhos, ah, é uma convivência legal [...] assim, não são meus, mas eu reconheço como se fossem [...] corrido, como se fosse mãe mesmo, educação, saúde, alimentação, os mesmos cuidados que a mãe tem eu tenho”* (MARIA).

Porém, outras mulheres já conseguiram subjugar algumas regras, principalmente relacionadas à ideia de que para ser uma família, esta deve ser constituída por pai, mãe e filhos(as), criando suas próprias famílias através da reprodução assistida: *“Muitos casais vão passar por isso, pela inseminação [...] e daí foi muita alegria, com oito meses eu tive um sangramento, que foi o descolamento da placenta, foi um susto, daí descobrimos que eram gêmeos, e são coisas que podem acontecer, mas a gente não sabia né, imagina um sangramento, foi um susto [...] queria ser mãe de um, não de dois, mas lá pelo quarto mês, quando eu fiquei sabendo que era um menino e uma menina, eu comecei a saborear a ideia de ter gêmeos, são dois...”* (ISABELA).

Mas a reprodução assistida precisa de certo investimento financeiro, o que impossibilita as mulheres que não possuem situação socioeconômica favorável a tal investimento conhecer a maternidade através desse meio. A fala a seguir apresenta outra participante que utilizou reprodução assistida: *“Tínhamos uma relação muito intensa e então resolvemos. Achei muito natural, pois se casais heteros tinham, porque nós não podemos ter? A B. no principio achou que era loucura da minha cabeça. Um dia eu estava almoçando com uma colega minha, juíza, e ela me contou a história da irmã de um outro colega nosso que era casada com uma mulher e quiseram ter filhos”* (MANUELA).

No Brasil, segundo Noda (2005), a maioria dos casos de homoparentalidade e homomaternidade se refere a famílias recompostas, cujas crianças vêm de um relacionamento heterossexual do pai ou da mãe. A adoção acaba sendo outro meio bastante utilizado, ainda mais com os avanços que estão ocorrendo na área, pois já existem muitos casos de adoção por parte dos casais de lésbicas e gays em todo o país, principalmente no Rio Grande do Sul (Farias & Maia, 2009; Cruz, 2009).

A participante a seguir adotou sua filha e, juntamente com sua companheira, construíram a sua família: *“Foi uma decisão de nós duas, ela chegou quando tinha dois anos, nós decidimos ficar com ela, sempre quis ser mãe, a J. também, então como a gente não podia de outra forma, a gente faz assim. E sempre foi ótimo, nunca passamos por grandes problemas. Com a A. na escola sempre foi tudo bem, nunca passou por nenhuma situação de preconceito”* (ANA). Através de diversos meios, então, as mulheres lésbicas podem ser mães e constituir suas famílias.

Entretanto, também podemos pensar sobre a incidência dos discursos sobre maternidade nas mulheres e, embora estivéssemos há alguns parágrafos atrás discutindo a fixação de papéis estereotipados que levam as mulheres a agir e pensar de maneira específica, aqui vamos voltar a esse assunto, porém, nos detendo na maternidade especificamente. A fala a seguir representa essa questão: *“Eu acho assim, que, não tem mãe que não, mulher que não queira ser mãe, não existe isso, eu já encontrei bastante gente assim, elas não querem, justamente porque já passam por preconceito sem ter filhos, acho que elas têm medo que os filhos passem pelo mesmo preconceito que a gente passa”* (LAURA).

O “não existir uma mulher que não queira ser mãe” acaba por tornar as mulheres que não querem ser mães próximas à monstruosidade, pois os discursos científicos e religiosos transformaram a maternidade no momento mais glorioso da vida de uma

mulher. Os adjetivos relacionados ao cuidado e à afetividade aparecem associados às mulheres, reiterando mais uma vez o papel da mãe cuidadora e amorosa em discursos que afirmam que todas as mulheres são assim. O amor pelos filhos e filhas é colocado como algo inato, que está na mulher, pois a maternidade é o seu caminho. Todas essas afirmações são tomadas como verdades naturalizadas para a grande maioria das mulheres e homens, causando novamente sofrimento para aquelas que não se reconhecem nesse papel (Badinter, 1985).

Logo, a mulher não consegue desvincular-se do papel de mãe, muito menos da visão de a maternidade não ser o ápice de sua felicidade. Muitas mulheres não se permitem pensar que talvez não amam apenas seus filhos e filhas, mas amam seus trabalhos, suas relações e outras atividades de maneira muito intensa também. Ir contra o esperado requer muita reflexão e um posicionamento social eficaz, mas as falas a seguir nos mostram que algumas mulheres já conseguem chegar nesse entendimento. São mães porque desejam e entendem a maternidade como algo que possui muitos pontos positivos, porém, também negativos: *“A maternidade apareceu né, comecei a ver que comecei a trocar a palavra psiquiatra por pediatra né, e daí apareceu, uma coisa que eu nem sabia, e aí uma realização minha, eu tenho toda uma representação de coisas boas, apesar de todo o trabalho, todo o reordenamento, de tu é mulher, agora tu é mãe...”* (ISABELA). *“Eu diria que filho é para quem tem uma relação bastante forte, porque na verdade ele não vem para ajudar uma relação a dois, ele vem mesmo é para atrapalhar. Na verdade nós temos que ir para um motel uma vez por semana. Ou a cada duas semanas, daí ele fica com a babá. Dentro de casa não conseguimos namorar com a exigência que queremos. Portanto, mantemos o nosso espaço, só para nós”* (MANUELA).

Após reflexões acerca da maternidade, passamos para a união dos dois termos tratados anteriormente, a maternidade associada à conjugalidade lésbica. Pensar na conjugalidade lésbica e na maternidade desvinculadas uma da outra não nos mostra realmente as famílias homomaternais. Quando associadas, poderemos conhecer suas complexidades e então chegar ao objetivo deste estudo, de conhecer essas famílias constituídas por duas mulheres e seus(suas) filhos(as).

### **Maternidade + conjugalidade: a maternidade no contexto da conjugalidade lésbica**

Ser mãe e ser lésbica é uma associação que vem aparecendo nos estudos científicos há mais ou menos duas décadas. Logo, para a ciência, é uma temática bastante recente. Com o advento das lutas feministas e dos movimentos LGBTTTT<sup>5</sup>, muitas mulheres lésbicas tornaram-se empoderadas para lutar por seus desejos, entre eles, o de ser mãe. Foi então que as famílias constituídas por mulheres e suas crianças passaram a ter uma maior visibilidade e serem apresentadas à sociedade, que até então, só concebia a formação de uma família através de um homem e uma mulher, para fins de procriação (Passos, 2003, Santos, 2004, Zambrano, 2006).

Para essa “nova” constituição familiar, a utilização do termo Homoparentalidade<sup>6</sup> possui o intuito de evidenciar essas famílias, as quais se encontram cada vez mais presentes na configuração da sociedade e sejam conhecidas e reconhecidas enquanto uma categoria familiar. Alguns autores não concordam com a

---

<sup>5</sup> Sigla utilizada para denominar Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

<sup>6</sup> Termo criado na França, em 1997, pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL), nomeando a situação na qual pelo menos um adulto que se autodesigna *gay* ou lésbica é (ou pretende ser) pai ou mãe de, no mínimo, uma criança (Zambrano, 2006).

criação de termos específicos para tratar de situações que tenham *gays* e lésbicas inseridas, pois justificam que esses termos não são criados quando se trata de um casal heterossexual. Porém, uma nomenclatura tem também a função de visibilizar uma questão, no caso, a família constituída por pares homossexuais (Uziel, 2007).

Com essa maior visibilidade, estudos realizados por pesquisadores(as) americanos(as) (Tasker, 2005, Gold et al, 1994, Golombok & Tasker, 1996) detiveram-se na temática dos filhos e filhas advindos(as) dessas “novas” famílias. Esses estudos apresentam resultados, segundo os quais, o fato de ter mães lésbicas não influencia de forma negativa na vida dessas crianças, e seus resultados são equivalentes aos das crianças advindas de lares heterossexuais. Além desses resultados encontrados, há também o fato de essas crianças possuírem uma amplitude maior em relação aos relacionamentos, o que poderia levá-las a ser menos preconceituosas e mais tolerantes com o que é pouco comum.

Porém, estudar as crianças provenientes das famílias *gays* e lésbicas acaba sendo uma maneira de vincular a orientação sexual das mães e dos pais à competência ou não de exercerem a maternidade e a paternidade. Os estudos ocorridos na Europa, principalmente na França, na década de 70 e 80, não se detinham no desenvolvimento emocional das crianças, e os estudos que começaram a aparecer no Brasil a partir da década de 90, mais ou menos, seguem essa mesma linha (Uziel, 2007). Mas, isso não quer dizer que os medos e as dúvidas não permeiem o imaginário social, como é apresentado na fala de uma participante: “*A questão da maternidade foi uma coisa que eu sempre tive muito medo, ainda mais mãe nesse contexto*” (JULIA).

As dúvidas e medos também estão refletidos na seguinte fala, principalmente em relação a uma família constituída sem a figura do pai: “*Tá, nasceu, e a gente vai aprender, e tal, será que vamos conseguir, e quando ele for pra escolinha, daí ele não*

*tem pai, daí a gente pensava, o que vai faltar pra ele, ele vai ter o principal, que é amor, ele foi extremamente desejado, é amado... foi todo planejado, literalmente, passo a passo, a gente sabe o dia de tudo assim, então a gente acha, que óbvio que vai ter dificuldade, vão ter situações, de repente até constrangedoras, tem um monte de gente podre por aí” (BRUNA).*

Os relatos das entrevistas, quando as participantes falam da questão da maternidade associada à conjugalidade lésbica, referem-se ao cotidiano das casas, como buscar as crianças na escola, dar banho, ajudar nos temas, colocar para dormir, e assim por diante. As falas a seguir apresentam como as mães se organizam em relação às crianças: *“Eu sou servidora pública né, e como tenho a guarda da A., trabalho somente durante as manhãs, então fico com a A. à tarde, ajudo ela com os temas, cuido dela. A J. chega somente à noite, lá pelas oito, então quando ela chega a A. já fez os temas, já está de banho tomado. Daí, quando ela chega, a gente fica as três juntas, tem esse momento nós três” (ANA).*

Algumas narrativas aparecem fazendo comparações entre os relacionamentos hetero e homossexuais, ainda ligadas a discursos estereotipados sobre modos de ser homem e modos de ser mulher: *“No exercício das funções é muito distribuído lá em casa, assim, quem leva, quem busca da escolinha, quem dá banho, as atividades são meio que distribuídas, daí não tem muito disso, masculino e feminino, não tem aquilo de pai e mãe, vai todo mundo no ritmo” (ISABELA).* *“A gestação foi sensacional. Bem tranquila. A B. tinha uma super paciência. Eu não vivi uma experiência hetero assim, mas duvido que os homens tenham tanta dedicação, tanta compreensão” (MANUELA).*

A família homomaternal se diferencia das demais famílias por ser constituída por duas mulheres e filhas e filhos. Certamente essa especificidade produz diferenças, subjetividades, como em outras famílias constituídas por dois homens, por uma mãe ou

um pai somente, ou nos casos das famílias recasadas. Porém, através das entrevistas, podemos perceber que essas mães não fazem questão de fazer com que as diferenças se sobreponham, o que nos fez pensar sobre como o histórico da homossexualidade, das lutas por seus direitos, da retirada dos manuais de psiquiatria podem ainda estar causando efeitos na contemporaneidade. Esses efeitos se mostram, quando apresentamos nas falas a seguir, a grande necessidade de colocar que suas famílias são normais, iguais às heterossexuais, que por fazerem parte da norma, são consideradas as ideais.

*“Normal, a gente gosta de almoçar junto, jantar junto, conversar sobre o dia, tudo normal” (ROBERTA). “Eu quero dizer que a nossa família é uma família normal, que tem muito amor, e que criamos a nossa filha muito bem” (ANA). “Eu não vejo nada de diferente, pra mim é tão normal, não sei se pelo meio que a gente vive, pela convivência, pela família, pelo apoio, pela nossa relação, pelo sentimento, sei lá, pra mim é tudo muito normal, tudo muito tranquilo... sabe assim, não sei, eu até fico me perguntando, é muita coisa boa, muita felicidade, porque não tem nada assim, tipo assim, ah, eu não posso ir ali na rua porque nos olham de cara feia, não sabe, todo mundo sabe que nós somos casadas, que o G. é nosso filho” (BRUNA).*

A criação dos filhos e filhas está sendo feita com base na verdade, para que eles e elas se desenvolvam sabendo que as pessoas são diferentes, gostam de pessoas diferentes e que todos e todas devem ser respeitados(as) nas suas diferenças. As maneiras como as crianças se referem às suas mães são um exemplo da abertura de novas perspectivas, inclusive com novas nomenclaturas: *“Eles aprenderam a palavrinha pami, pami foi um nome que a M. inventou para dizer para eles, não necessariamente tendo a ver pami com pai, ela inventou porque não se reconhecia como mãe, como duas mães, ela achou que não era o lugar dela ali, e que M. parecia muito longe, foi todo um trabalho, não foi bem assim, tirar da cartola, a gente foi por*

*aqui, foi por ali [...] na nossa família não tem pai, é formada por duas mulheres, a gente se vê de um jeito diferente, a gente é mãe e pami, tanto que no dia das mães eu vou e nos dia dos pais a pami”* (ISABELA). *“Ele chama nós duas de mami. Mami M. e Mami B.”* (MANUELA). *“As duas de mãe, chama as duas igual”* (JULIA).

Das oito mulheres entrevistadas, somente uma não consegue ter essa abertura na criação do filho, talvez por ela mesma ter que vencer suas lutas internas para, posteriormente, lutar com a sociedade. Sua companheira é madrinha do filho, logo, moram na mesma casa, porém, a relação afetiva-sexual das duas mulheres não é verbalizada nem tratada com naturalidade, fazendo com que o não-dito possa ter diversas significações para o filho. A fala a seguir apresenta a maneira como ele se refere à mãe e sua companheira: *“Ele chama ela de dinda e eu de mãe, porque ela é dinda dele igual, entende”* (ROBERTA).

A maneira de a mãe lidar com sua orientação lésbica irá refletir na maneira dos filhos e filhas lidarem com ela também. Para isso, a autoaceitação é fundamental, no sentido de ser acolhida, após ela mesma se aceitar e autoacolher. Porém, esse aceitar-se não está associado com a questão de visibilizar sua orientação diante da sociedade, pois sabemos que ainda vivemos em uma sociedade perpassada por inúmeros preconceitos. A pessoa anuncia sua orientação se tiver esse desejo, mesmo sabendo que é algo positivo para que realmente possa ocorrer uma mudança em relação à heteronormatividade. O respeito pela subjetividade e pelas diferenças na maneira de pensar deve ser sempre considerado (Clunis e Green, 2003).

No final das entrevistas, algumas participantes deixaram alguns recados nas suas narrativas, para que nós pudéssemos divulgá-los através de nosso estudo. Seguem as falas: *“As pessoas têm que não ter vergonha do que sentem, não pensar nos outros, do que os outros vão falar, não, em primeiro lugar, que ela seja feliz, e o resto é resto”*



(LAURA). *“A nossa família é constituída de muito amor, damos muitas risadas, nos divertimos muito, enfim é uma delícia! Eu até me emociono em falar. É muito legal, pois tem muita cumplicidade. O G., é claro, que ele vai enfrentar questionamento, dúvidas e de repente até algum preconceito. Mas eu acho que como ele tem uma base forte, natural ele já vai crescer com isto”* (MANUELA).

### **Considerações parciais para outras reflexões...**

Este trabalho teve como objetivo conhecer as questões relacionadas à maternidade no contexto da conjugalidade lésbica. Para tanto, trouxemos partes das narrativas ao longo do texto para que pudéssemos pensar nas questões trazidas pelas participantes, juntamente com abordagens teóricas sobre os temas que foram tratados. Além disso, esta pesquisa também tem o intuito de contribuir para que as famílias constituídas por mulheres e suas(seus) filhas(os) sejam visibilizadas em uma sociedade que ainda trata a orientação lésbica e *gay* de maneira preconceituosa e opressiva.

Os estudos que tratam sobre a temática da lesbianidade totalizam um número muito inexpressivo, se comparado aos estudos sobre os homens homossexuais, o que aponta para um duplo preconceito. A mulher traz o histórico de ter sido, por muito tempo, reconhecida somente através do masculino e sempre subjugada a ele, e ainda não conseguimos nos distanciar muito dessa realidade na atualidade. Então, além de estarem em segundo plano, as mulheres em questão possuem uma orientação sexual diferente da estabelecida, sendo consideradas como “desviantes”. O preconceito se intensifica na medida em que, além de serem mulheres, são mulheres lésbicas. Esse fato também ocorre quando falamos de estudos de mães lésbicas em relação aos pais homossexuais.

Logo, é necessário que muito mais estudos ocorram com a temática das lésbicas e também com a maternidade lésbica, para que, através da divulgação dos mesmos, a sociedade passe a tornar conhecido o que talvez ainda não seja. Tornando-se conhecido, facilita para que uma maior aceitação social possa ocorrer, como vem acontecendo gradativamente. Mesmo com um estudo de caráter qualitativo exploratório, em que o número de participantes é reduzido, podemos nos aproximar de algumas famílias homomaternais e compreender melhor as suas vivências.

Conhecendo algumas famílias, refletimos sobre uma questão que já tínhamos conhecimento. Porém, quando apareceu em uma fala, foi como ter aumentado a sua percepção, que é a constatação de que como não existe “a” mulher, também não existe “a” lésbica, e conseqüentemente, não existe “a” família. Então, tratamos aqui de famílias homomaternais e não “da” família homomaterna: *“Eu acho que para pesquisa o principal que eu queria transmitir da nossa experiência é que foi a nossa, que um outro casal pode se organizar de outra maneira [...]”* (ISABELA).

Este estudo das famílias homomaternais permitiu que entrássemos em contato com as nuances dessas famílias. Podemos perceber que, para muitas mulheres entrevistadas, a orientação lésbica foi vivenciada de maneira plena após experiências heterossexuais, inclusive através de casamentos. Mesmo sendo maiores de idade e já terem passado por outras experiências de vida, para muitas, a notificação da conjugalidade lésbica ocasionou brigas e sentimentos negativos em relação à família de origem. A questão dos(as) filhos(as) amenizou os problemas, pois muitas participantes comentaram que foi através das crianças que conseguiram reatar as boas relações com suas mães e pais. A presença das crianças é descrita com muita emoção, apesar de algumas terem consciência da necessidade de um reordenamento familiar.

Enfim, as famílias homomaternais possuem suas singularidades como todas as outras famílias. Não são piores nem melhores que as outras tantas existentes. São diferentes, assim como cada família é, pois cada pessoa também é diferente de outra. Novamente uma narrativa chama a atenção para essa questão: “*E também ter o cuidado, que assim como um casal hetero é meio maluco para ter filho, que também um casal homossexual pode ser maluco, duas mulheres ou dois homens, que pode ser que não seja o momento, então tem que o individual e o coletivo*” (ISABELA).

Essa fala nos remete a olhar para as pessoas, antes de olharmos para a sua orientação sexual. E a orientação sexual não faz uma mãe ou um pai melhor ou pior, ela simplesmente define as pessoas com que essas mães e pais irão se relacionar afetivo-sexualmente. E com isso, entendemos também que, para criar uma criança, independente de ser heterossexual ou homossexual, a pessoa precisa ter amor. E isso encontramos de sobra nesses lares, são crianças criadas em lares com amor.

## **Referências**

- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 8 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira .
- Bianchetti, L. & Machado, A. M. N. (2002). *A bússula do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações*. Florianópolis: Editora UFSC; São Paulo: Cortez.
- Butler, J. (2003). “O parentesco sempre é tido como heterossexual?”. *Cadernos Pagu*, 21, 219-260.
- Celestina, V. & Moraes, S. (1995). *A lingüística textual e a análise de discurso: uma abordagem interdisciplinar*. Frederico Westphalen, RS: Ed. URI.

- Colling, A. (2004). A construção histórica do feminino e do masculino. In Strey, M.N., Cabeda, S.T.L., Prehn, D.R. (Orgs.) *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Clunis, D. M. & Green, G. D. (2003). *The lesbian parenting book: a guide to creating families and raising children*. New York: Seal Press.
- Cruz, C. H. S. (2009). *Duas filhas: Dois pais- Adoção homoafetiva*. João Pessoa: Ideia.
- Farias, M. O. & Maia, A. C. B. (2009). *Adoção por homossexuais: A família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica*. Curitiba: Juruá.
- Foucault, M. (1986). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense.
- \_\_\_\_\_ (2006). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 31 ed. Petrópolis: Vozes.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Artmed.
- Gill, R. (2002). Análise de discurso. In Bauer, M.W., Gaskel, G. (Eds.). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: manual prático*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Gold, M A. et al. Children of gay or lesbian parents. *Pediatric Review*, v. 15, n. 9, p. 354-358, 1994.
- Goldfried, M. R. & Goldfried, A. P. (2001). The importance of parental support in the lives of gays, lesbian and bisexual individuals. *Psychotherapy in Practice*, 57 (5), 681-693.
- Golombok, S.; Tasker, F. Do parents influence the sexual orientation of their children? Findings from a longitudinal study of lesbian families. *Developmental Psychology*, v. 32, p. 3-11, 1996.

- Gomide, S. (2007). Formação da identidade lésbica: Do silêncio ao *queer*. Em: M. P. Grossi, A. P. Uziel & L. Mello (orgs), *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamod.
- Heilborn, M. L. (2004). *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- Jovchelovitch, S. & Bauer, M.W. (2002). In: M.V. Bauer & G. Gaskell. *Pesquisa qualitativa, com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes.
- Lacerda, M.; Pereira, C. & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15 (1), 165-178.
- Mott, L. (1987). *O lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Noda, F. S. (2005). *Famílias de mães homossexuais: relatos das mães*. Dissertação de mestrado não-publicada em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Palma, Y. A. & Levandowski, D. C. (2008). Vivências pessoais e familiares de homossexuais femininas. *Psicologia em Estudo*, [online], out/dez, 13(4), 771-779.
- Palma, Y. A., Strey, M. N. & Botton, A. (2010). Mamãe... e mamãe? A família homomaterna e suas vicissitudes. *Anais Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades e deslocamentos*, p. 1-8. Disponível em:  
<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares#Y>
- Passos, M. C. (2003). A família não é mais aquela: Alguns indicadores para pensar suas transformações. Em: T. Féres- Carneiro (org), *Família e casal: Arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola.

- Piason, A. S. (2008). *Uma questão de gênero: (Re) Construindo espaço de visibilidade às lésbicas*. Dissertação de mestrado não-publicada em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Rago, M. (2004). Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. Em: C. L. Costa & S. P. Schmidt (orgs.), *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis, SC: Ed. Mulheres.
- Rocha-Coutinho, M. L. (1998). A análise do discurso em Psicologia: algumas questões, problemas e limites. In: Souza, L., Freitas, M. F. Q. & Rodrigues, M. M. P. *Psicologia: reflexões (im)pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Santos, C. (2004). *A parentalidade em famílias homossexuais com filhos: um estudo fenomenológico da vivência de gays e lésbicas*. Tese de doutorado não-publicada em Psicologia. Universidade de São Paulo.
- Scott, J. (2002). *Fantasy echo: História e a construção da identidade*. *Labrys: Estudos Feministas*, n. 1-2, jul/dez.
- Shakespeare, W. (1988). *Romeu e Julieta*. Trad. Martins, M. J. Santiago: Lord Cochrane.
- Strey, M. N. (2004). Ser sujeito ou ser o outro? Algumas reflexões históricas. In Strey, M.N., Cabeda, S.T.L., Prehn, D.R. (Orgs.) *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Swain, T.N. (2000). *O que é lesbianismo*. São Paulo: Coleção Primeiros Passos.
- Tasker, F. (2005). Lesbian mothers, gays fathers, and their children: A review. *Developmental and Behavioral Pediatrics*, 26 (3), 224- 240.
- Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: Definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde Pública*. 39 (3), 507-514.

- Uziel, A. P. (2007). *Homossexualidade e Adoção*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Veríssimo, E. (1935, 1967). *A Vida de Joana D'arc*. Editora GLOBO- RS.
- Víctora, C. G.; Knauth, D. R. & Hassen, M. N. A. (2000). *Pesquisa qualitativa em saúde – Uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Wagner, A. (2002). *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- \_\_\_\_\_ (2005). *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Zambrano, E. (2006). Parentalidades “impensáveis”: Pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, jul/dez, ano 12, n. 26, 123-147.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa resultou do desejo de continuar contribuindo para os estudos sobre as famílias, pensando na necessidade de que outras maneiras de ser família possam ser visibilizadas. Também seguiu os estudos iniciados na graduação, com o trabalho de conclusão de curso, sobre as mães e pais e suas filhas lésbicas. A conclusão do mestrado representa um amadurecimento profissional, e também do objeto de estudo, que antes era estudado na família nuclear e agora constitui uma família, sendo mãe no contexto homomaternidade.

Essa temática, de *gays* e lésbicas que são pais e mães, transformou-se recentemente em objeto de estudo, mais ou menos na década de oitenta, o que torna as pesquisas sobre o assunto ainda restritas e escassas. Porém, o número de famílias *gays* e lésbicas não é tão escasso assim, logo, a ciência precisa acompanhar as transformações que a contemporaneidade nos traz. A mídia passou a ter um importante papel nesse sentido, pois mesmo de maneira tímida, tratou de assuntos relacionados à orientação lésbica e *gay* em várias novelas, possibilitando que a sociedade comece a perceber que a orientação sexual não deve servir para estigmatizar alguém, deve simplesmente ser respeitada.

O número de dissertações e teses sobre lésbicas, e mais ainda, sobre mães lésbicas é mínimo, nos permitindo perceber que a hegemonia masculina se mantém, na medida em que encontramos mais estudos sobre *gays* do que sobre lésbicas. Com isso, fica explicitado um duplo preconceito, pois as participantes são mulheres, e lésbicas,



rompendo com o patriarcado e com a heteronormatividade. Este trabalho também tem a função de romper com a falta de estudos sobre as lésbicas, sobre as mães lésbicas, indo contra a soberania do masculino na constituição familiar e utiliza-se dos estudos de gênero para contribuir para uma escrita onde exista a preocupação com uma cidadania mais justa e solidária.

Para chegarmos a uma cidadania mais justa e solidária, devemos começar por algo que é considerado tão simples, como a linguagem. É através dela que os estereótipos de gênero e o patriarcado se mantêm, considerando o masculino como neutro e universal. Se existe o feminino, como este pode ser abstraído e subjugado ao masculino? Logo, a linguagem não-sexista deve ser utilizada, pois aí sim estaremos visibilizando a existência de um feminino, que possui o seu lugar e os seus direitos garantidos, e não que existe através de um masculino.

Quando iniciamos a pesquisa, tivemos bastante dificuldade em encontrar as participantes do estudo, e chegamos a pensar em realizar a coleta dos dados em outro estado, que possibilitasse uma maior facilidade, como São Paulo, por exemplo, em função de grupos de lésbicas organizados na internet que se propunham a contribuir no estudo. Porém, isso iria contra o desejo de uma das pesquisadoras de contribuir para o estudo das mães lésbicas e seus(suas) filhos e filhas na capital do Rio Grande do Sul, visto que não foram encontrados outros estudos sobre essa temática no Estado. Porém, essa questão não estava nos objetivos, logo, não foi fator de exclusão para que uma família residente no Estado de Santa Catarina fizesse parte do estudo.

Com a produção dessa escrita acreditamos ter chegado ao objetivo proposto no projeto da dissertação, que era conhecer como as mulheres que se reconhecem como lésbicas estão vivenciando a maternidade nas relações de conjugalidade. Para tanto, foi pensado inicialmente a realização de grupos focais com as participantes, mas, devido à

dificuldade inicial de encontrar as mulheres que gostariam de participar do estudo, pensamos que ainda reuni-las em um mesmo horário, três vezes, seria uma tarefa próxima ao impossível, optamos então pelas entrevistas narrativas. Essa opção acabou se mostrando uma grande escolha, pois através das histórias narradas, podemos conhecer as relações de famílias constituídas por duas mulheres e seus(suas) filhos e filhas, e chegar ao objetivo proposto.

Nosso estudo mostrou que as famílias homomaternais têm suas peculiaridades, como todas as outras famílias, algumas seguindo a lógica heteronormativa da nossa sociedade, com papéis ainda fixados para homens e para mulheres, e outras de uma maneira igualitária. Em todas as famílias pesquisadas, os filhos e as filhas encontram-se numa atmosfera de amor e carinho, sendo motivo de felicidade para as mães. As crianças são criadas em uma lógica onde conseguem compreender que o que liga uma pessoa à outra é o sentimento delas, não importando se são homens ou mulheres. As figuras masculinas são representadas através de irmãos, tios, avôs e amigos, não trazendo nenhum prejuízo na formação da identidade dos filhos.

Porém, em momento algum estamos fazendo apologias sobre as famílias homomaternais serem melhores que outras. O que estamos fazendo é apresentar algumas famílias constituídas por mulheres com filhos e filhas para que a sociedade possa conhecer e compreender outras maneiras de uma família se constituir, diferente da que ainda é imposta pela cultura. Como todas as famílias, as famílias apresentadas aqui também possuem suas dificuldades e limitações, assim como suas crianças, mas o direito de existirem e serem respeitadas em toda a sua plenitude é o mais importante a ser pensado.

A construção do livro infantil “Mamãe e... mamãe? As famílias homomaternais” também vai poder contribuir na formação da identidade de meninos e meninas, pois vai

apresentar outras possibilidades de ser homem e de ser mulher para as crianças. Traz a possibilidade de atenuar os estereótipos sobre ser menino e menina, que fixam papéis e geram intenso sofrimento para que se consiga seguir na “normalidade”. Outros livros infantis estão surgindo, e com eles, a esperança de que um dia a diversidade seja entendida como algo que contribui, e não como algo que ameaça.

Enfim, finalizamos esse trabalho com a certeza que ele não está no final, pois ainda há muito o que ser feito, pensado, construído. Porém, fica o sentimento de dever cumprido, não um dever com prazos ou notas, mas um dever civil, um dever humano, e por que não, um dever psicológico. Cumprido por ter auxiliado, mesmo que de maneira ínfima, a “naturalização” de vivências, que sofrem por não seguirem as normas ditadas pela sociedade, que já deveria estar mais humanizada. Esperamos que todo o conhecimento que adquirimos seja transformado em melhorias, em qualidade de vida, em uma sociedade melhor, em um propósito social, pois só assim valem a pena as inúmeras horas de leitura e de escrita, de reclusão e concentração.

Uma sociedade para evoluir, precisa se transformar. Não há crescimento sem mudança, e claro, não há mudança sem sofrimento. Porém, esse sofrimento não deve ser maior que o direito pela vida. E esse direito não diz respeito apenas à alimentação, moradia, educação e saúde. Diz respeito também à felicidade, à liberdade, ao direito de cada pessoa seguir o seu caminho, com respeito e dignidade. Também diz respeito a uma família só de mulheres, com crianças, gato, cachorro e papagaio, vivendo sua vida com todos os seus direitos assegurados e não passando por situações de violências e preconceitos pela orientação sexual.

**ANEXO**



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

OF.CEP-1636/09

Porto Alegre, 03 de dezembro de 2009.

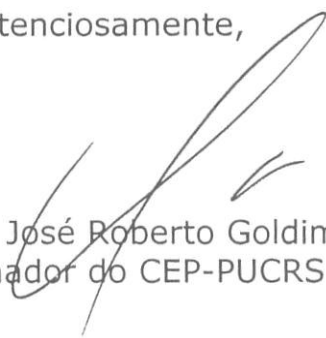
Senhora Pesquisadora,

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 09/04859 intitulado **"A família homomaterna: mulheres que amam mulheres e amam seus(suas) filh@s"**.

Salientamos que seu estudo pode ser iniciado a partir desta data.

Os relatórios parciais e final deverão ser encaminhados a este CEP.

Atenciosamente,



Prof. Dr. José Roberto Goldim  
Coordenador do CEP-PUCRS

Ilma. Sra.  
Profa. Marlene Neves Strey  
FAPSI  
Nesta Universidade

PUCRS

**Campus Central**

Av. Ipiranga, 6690 - 3º andar - CEP: 90610-000  
Sala 314 - Fone Fax: (51) 3320-3345  
E-mail: [cep@pucrs.br](mailto:cep@pucrs.br)  
[www.pucrs.br/prppg/cep](http://www.pucrs.br/prppg/cep)